



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

CRÍSLEY MARIA BARROS MARQUES

**MEMÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO NO POVOADO REMANESCENTE DE
QUILOMBOLAS BOM FIM, NA REGIÃO DO TOCANTINS**

**CAMETÁ- PARÁ
2012**

CRÍSLEY MARIA BARROS MARQUES

**MEMÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO NO POVOADO REMANESCENTE DE
QUILOMBOLAS BOM FIM, NA REGIÃO DO TOCANTINS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Educação do Campus Universitário
do Tocantins/UFPA-Cametá como exigência parcial
para a obtenção do Grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia, sob a Orientação da Prof^a. Dr^a. Benedita
Celeste de Moraes Pinto.**

**CAMETÁ
2012**

CRÍSLEY MARIA BARROS MARQUES

**MEMÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO NO POVOADO REMANESCENTE DE
QUILOMBOLAS BOM FIM, NA REGIÃO DO TOCANTINS**

Membro da Banca

Membro da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto
Orientadora

**CAMETÁ - PA
2012**

A minha preciosa e amada mãe Maria José Lima Barros que, apesar de todas as dificuldades, me ofereceu o que há de melhor na vida amor, dedicação, carinho, compreensão e educação.

Ao meu filho Andrey Luis Marques Viana, amor incondicional da minha vida, que todos os dias me inspira e me dá forças para começar um novo dia.

“A memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos ela está mais viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhes contavam”.

Eurípedes Antônio Funes

AGRADECIMENTOS

Para concretização deste trabalho pude contar com ajuda de várias pessoas que, nos momentos mais difíceis de minha vida, sempre estiveram presentes me dando força, coragem, estímulo, alegria e, acima de tudo, amor.

Ao meu grande e todo poderoso Deus por me dá a dádiva da vida e a sabedoria para realizar este trabalho.

Aos meus familiares que me deram estímulo e todo apoio necessário durante toda minha vida acadêmica, e acreditaram que eu conseguiria concretizar este momento tão importante de realização para a minha vida. Em especial, a minha amada mãe Maria José Lima Barros, amor da minha vida, que desde pequena me educou e me ensinou a lutar com garra por meus objetivos.

Ao meu tão amado filho Andrey Luis Marques Viana, que nasceu na reta final do curso de pedagogia, o meu amor, a minha vida, meu tudo, que teve paciência nas diversas vezes em que sentia fome, e entre uma mamada e outra me permitiu a concretização deste trabalho.

A minha princesinha Ândria do Socorro Barros de Oliveira por me dá estímulo, carinho e amor nas horas difíceis. Obrigada irmãzinha por muita alegria, pelas muitas risadas que você me proporciona sempre!

Ao meu esposo Luis Carlos Rodrigues Viana por me dá amor, carinho, atenção, apoio, incentivo e que, diversas vezes, teve paciência comigo e com nosso filho, nos momentos em que mais precisei de ajuda para concluir este trabalho.

A professora doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto que despertou meu interesse para essa temática, e oportunizou o convívio com os componentes dos Grupos de Pesquisa Quilombolas e Mocambeira: história da resistência negra na Amazônia (GP QUIMOHRENA) & História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GP HELRA), sem a mesma não seria possível a concretização deste trabalho. Pois, sua orientação, incentivo, confiança e apoio intelectual e financeiro foram essenciais para concluir com êxito este estudo.

A amiga e parceira Crisna Talita Sousa de Sousa pelo carinho, atenção, apoio e segurança nas horas mais difíceis de minha vida. Pois, em meio a um turbilhão de emoções desde o início do curso, a mesma se fez presente sempre com suas palavras doces e sinceras, me motivando até o fim para conquistar meus objetivos.

A minha prima Rúbia de Fátima Pompeu Barros por conceder uma parte de seu tempo para dedicar-se ao meu filho nas horas necessárias de isolamento.

Ao professor Raimundo Rodrigues Borges, da povoação remanescente de quilombolas Bom Fim, que gentilmente me ajudou desde o início da pesquisa de campo até o término deste trabalho.

Aos moradores das povoações remanescentes de quilombolas Bom Fim, Itapocu, Porto Alegre, Boa Esperança e Tomásia, que no meio de seus dias cansativos de trabalho tinham o prazer de conceder respostas ao meu questionário, cujas informações foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Aos alunos das povoações remanescentes de quilombolas Bom Fim, Itapocu, Porto Alegre, Boa Esperança e Tomásia, que não mediram esforços para participar de nossas atividades de pesquisas, que aconteciam sempre nas noites de sexta-feira e aos sábados.

Aos professores das povoações remanescentes de quilombolas Itapocu, Porto Alegre, Boa Esperança e Tomásia, pela atenção e carinho concedido aos nossos grupos de pesquisa.

Aos componentes dos Grupos de Pesquisa Quilombolas e Mocambeira: história da resistência negra na Amazônia (GP QUIMOHRENA) & História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GP HELRA) pela motivação, convívio e aprendizado.

Ao CNPQ/UFPA pela bolsa de iniciação científica PIBIC/FAPESPA concedida no decorrer da pesquisa que, com certeza, me ajudou muito na compra de materiais e livros necessários para a execução deste trabalho.

As equipes de trabalhos Missão e Pedacinhos pela amizade, companheirismo e aprendizado.

A turma de pedagogia 2008 pelas diversas oportunidades de aprendizado e discussões enriquecedoras que tivemos em sala de aula ao longo destes 4 anos de curso.

Aos professores que ministraram aula na turma de pedagogia 2008, em especial professora doutora Odete Mendes, pelas cobranças necessárias e lições de vida acadêmica.

A todas as pessoas que contribuíram desde o início do curso até o final do mesmo. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado *Memória Cultura e Educação no Povoado Remanescente de Quilombola Bom Fim, na região do Tocantins*, teve como objetivo geral analisar o processo histórico e educacional, articulado ao contexto cultural da povoação remanescente de quilombolas Bom Fim, na região do Tocantins – município de Cametá/Pará. A partir da memória oral, mediante relatos orais e histórias de vida, e do cruzamento de fontes escritas e imagéticas foi possível identificar como as práticas identitárias e culturais estão sendo trabalhadas na escola da referida povoação. A pesquisa constatou que a educação acontece de maneira formal e não formal, e que as escolas enfrentam sérios problemas de estrutura física, ausência de formação de professores, ensino pelo sistema multisseriado, evasão escolar, sobrecarga de trabalho do professor responsável pela escola, que também acumula as funções de diretor, secretário, merendeiro e servente. Enfim, as escolas em áreas quilombolas, ribeirinhas, rurais e até mesmo nas áreas afastadas do centro de grandes cidades enfrentam uma série de problemas, dentre os quais se destaca a falta absoluta de estrutura que a obrigam a funcionar em estado precário, cena que, aliás, se repete Brasil a fora.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Cultura; Memória; Educação Quilombola.

ABSTRACT

The present work, entitled Memory Culture and Education in the Village remnant of Maroons good order, in the region of Tocantins, general aim was to analyze the historical process and educational, articulated to the cultural context of hamlet remnant of quilombola good order, in the region of Tocantins - municipality of Cametá/For. From the oral memory, through oral reports and stories of life, and the crossing of written sources and imaging it was possible to identify as the practices diverse identities and cultural are being worked in the school of the village. The research found that the education takes place in a formal way and non-formal, and that the schools face serious problems of physical structure, lack of training of teachers, teaching by multisseriate system, school dropout, and overload of work of the teacher responsible for school, which also collects the functions of director, secretary, merendeiro and janitor. Finally, the schools in areas quilombolas, riverside, rural and even in areas far from the center of large cities face a series of problems, chief among which is the absolute lack of structure that require it to operate in a precarious state, scene which, incidentally, is repeated Brazil the outside.

Key words: Identity; Culture; Memory; Education Maroons.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
Capítulo I: ESCRAVIDÃO E QUILOMBOS: OS REDUTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA DA REGIÃO TOCANTINA.....	18
1.1. A Escravidão Negra na Amazônia Tocantina.....	19
1.2. A Povoação Remanescente de Quilombola Bom Fim Na Região do Tocantins	22
Capítulo II: MEMÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	34
2.1. A Importância da Memória e da Cultura no Processo Educativo.....	34
2.2. O Modo Como a Memória Constitui a Cultura.....	39
2.3. O Modo Como a Educação se Relaciona com a Cultura.....	43
2.4. O Processo Educacional da Povoação Remanescentes de Quilombolas Bom Fim.....	45
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
5. Fontes da pesquisa	60
6. Referências Bibliográficas	64
7. Anexos	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante o período escravista os negros resistiram contra a escravidão em todo o Brasil, fugiam para o mato e na esperança de um futuro melhor se juntavam e formavam quilombos, lugar onde se refugiavam, que de forma organizada foi crescendo muito rápido, pois era a única forma dos negros viverem “livres”. Na região amazônica isso também ocorreu de acordo com Salles, “a fuga de escravos tornou-se um processo contínuo, rotineiro, incontrolável” (SALLES, 1988, p. 208).

“A cabanagem uma coisa extraordinária acontece: o negro, que até então fugia para os mocambos distantes, aderiu em massa ao movimento, pretendendo alcançar a liberdade. Esta não lhe foi concedida porém. E o negro, na sociedade de classes, reprimida a revolução, teve de voltar aos métodos tradicionais para a busca da liberdade não consentida: a fuga e posterior agregamento nos mocambos que, a partir de então, se multiplicaram em quase toda a Amazônia” (SALLES, 1988, p. 212).

Salles argumenta que na busca incessante pela liberdade os negros também se juntaram ao movimento cabano, no entanto, a tão acreditada liberdade não foi conferida obrigando os mesmos a retornar a seu processo inicial de “libertação” a fuga, que foi habitual, sucessiva, pois fazia-se necessário para que os mesmos conseguissem sua “liberdade”, um sonho ainda distante, pois era notório que a lei da escravidão ainda se fazia presente (SALLES, 1988).

Durante o percurso da pesquisa, que originou o presente estudo, se levantou uma razoável bibliografia sobre questões referentes à escravidão negra na região Amazônica. Assim como, no que concerne a cultura negra, memória, história de quilombos, povoações remanescentes de quilombolas e processos educacionais quilombolas. Entres estes se buscou apoio teórico-metodológico nas obras dos seguintes autores: MATTOS (2007), MENDES (2007), SILVA (2009), GOMES (2005), BEZERRA NETO (2001), PINTO (2001), BRANDÃO (2002), MOLES (1974), SALLES (1988), além de outros. Porém, é importante ressaltar que apenas Pinto vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa nos povoados remanescentes de quilombolas da Região do Baixo Tocantins, no Pará.

Assim, como aconteceu em outras regiões brasileiras, na Amazônia, mais especificamente, na região Tocantina, os negros refugiados nos quilombos sempre buscavam

reconstruir sua identidade, apesar de toda perseguição dos brancos no sentido de dizimar sua cultura (PINTO, 1999). E, foi por saber que negros escravizados e seus descendentes sempre tiveram seus direitos limitados, fundamentalmente, diante das difíceis situações enfrentadas pelos remanescentes de quilombolas da Região Tocantina, como por exemplo, o preconceito racial, que acaba ocasionando a negação de suas origens, além do processo educacional precário de seus habitantes e de suas práticas culturais, que estão se esvaecendo com o tempo, me senti impulsionada a realizar o presente estudo com o objetivo de analisar o processo histórico da educação articulado ao contexto cultural a partir da memória dos remanescentes de quilombolas da povoação Bom Fim.

Ressalta-se que meu interesse pelo tema se deu, através da apresentação de um dos trabalhos desenvolvidos na região Tocantina pela Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto, no III Encontro de História da Amazônia Tocantina, realizado em 2009, quando esta professora convidou alunos para fazerem parte do seu grupo de pesquisa como bolsista voluntário. E foi como consequência desse interesse, que surgiu a proposta de pesquisa Memória Cultura e Educação no Povoado Remanescente de Quilombolas Bom Fim, na região do Tocantins,¹ proposta essa, que se tornou tema do presente trabalho de conclusão de curso. E importante destacar que no início da pesquisa eu era bolsista voluntária, e só após algum tempo, me tornei bolsista de iniciação científica, através da concessão de uma bolsa PIBIC/FAPESPA a *Pesquisa Inclusão no Processo de Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará*, coordenada pela Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de M. Pinto.

Recordo-me ainda da primeira viagem de trabalho de campo no povoado Bom Fim, a caminhada foi muito cansativa, durante o percurso até esta povoação, passamos por outros povoados. E, confesso que, em meus pensamentos aquela seria a primeira e última viagem. Andamos por volta de duas horas com as mochilas nas costas, e só não carregamos os volumes que continham os ingredientes da nossa alimentação porque contamos com ajuda dos moradores das povoações, que levavam em suas bicicletas, ou até mesmo sobre as cabeças. Nossa doía pé, perna, tudo. Porém, ao chegar a cada povoação, além de sermos tão bem recebidos, ao me deparar com as crianças, que nos esperavam ansiosas com uma vontade

¹ A pesquisa *Memória Cultura e Educação no Povoado Remanescente de Quilombola Bom Fim, na região do Tocantins* começou como um subprojeto desenvolvido dentro da **Pesquisa Inclusão no processo de ensino-aprendizagem a partir da reconstituição da história, memória e cultura quilombola na região do Tocantins, no Pará**, coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto, com apoio dos grupos de Pesquisas Quilombolas e Mocambeira: história da resistência negra na Amazônia (GP QUIMOHRENA) e História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GP HELRA).

enorme de participar das atividades que o grupo de pesquisa desenvolvia com elas, tive a certeza, que voltaria muitas e muitas vezes. E que a distância era pequena perto das dificuldades que os habitantes dos povoados enfrentam diariamente, e mesmo, assim, não deixam de ser hospitaleiros, que sorrindo demonstravam satisfação e alegria com a nossa presença. E, assim, pelo olhar carregado de esperança daquelas crianças me tornei também uma porta voz delas, para lutar pelo mínimo do que um ser humano merece e tem direitos assegurados, educação de qualidade e melhores condições de vida, além de saúde, saneamento básico, energia elétrica, água encanada e outros.

Deste modo, entendo que reconstituir a memória do referido povoado é de fundamental importância para que suas raízes não se percam ao longo do tempo. Assim como, suas festas, cantorias, danças e rituais, ou seja, suas práticas culturais permaneçam vivas e perpassem de geração em geração. Ao mesmo tempo, entendia ser imprescindível compreender como se dava a educação nesse povoado? Como as práticas educativas perpassavam a vida dos habitantes desta povoação? Como eles adquiriam a educação de maneira formal e não formal? E se existiam políticas públicas destinadas à educação dos habitantes do povoado. E em buscas de respostas minha pesquisa se estendeu além do povoado remanescente de quilombolas Bom Fim, estive, também, juntamente com os componentes dos grupos de pesquisa nos povoados de Mola, Itapocu, Tomásia, Porto Alegre e Boa Esperança, nos quais tentava observar o conhecimento prático e as demais atividades vivenciadas pelos habitantes destas povoações negras rurais da região do Tocantins.

Na tentativa de concretizar meus objetivos, o primeiro momento da pesquisa me permitiu acessar uma ampla bibliografia que foi de extrema importância. Pois, os conteúdos estudados me nortearam para a compreensão da prática de investigação, assim como, a importância dos registros fotográficos, documentais, relatos orais e histórias de vida. De acordo com Silveira, “a entrevista na pesquisa em educação é como instrumento largamente usado, ela frequentemente é tomada como uma simples técnica a ser dominada, sem que se proceda a um exame radical dessa concepção e de suas importantes implicações” (SILVEIRA, 2007, p. 118). Durante a coleta de dados se utilizou entrevistas não estruturadas, estruturada e semi-estruturada.

Destaca-se que a pesquisa de campo teve início em junho de 2010, quando juntamente com alguns participantes da *Pesquisa Inclusão no Processo de Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins*, passei a realizar atividades de campo em algumas povoações remanescentes de quilombolas da região do Tocantins. Embora cada participante da referida pesquisa tivesse como lócus de

estudo apenas um povoado, passávamos por todos os povoados conforme já mencionados anteriormente.

Para chegarmos até o povoado Bom Fim fazíamos o seguinte percurso: saíamos da cidade de Cameté às 12h30min em um barco denominado de Anjo da Guarda, que faz viagens entre as cidades de Cameté e Mocajuba-Pa, parávamos na vila de Juaba as 14h00min, e aproximadamente as 15h00min chegávamos à casa do senhor Tibirinha, “na boca” do rio Itapocu. Dalí, em diante, tínhamos que alugar uma rabeta (pequeno barco motorizado) para, através do rio Itapocu, chegarmos até a povoação Mola, de onde iniciávamos caminhada a pé. Passávamos pelo povoado de Itapocu, onde fazíamos uma parada de mais ou menos trinta minutos para descansarmos um pouco, em seguida prosseguíamos viagem, chegando por volta das 17h40min no povoado de Tomásia. É importante destacar que, no início da pesquisa, as nossas caminhadas até o povoado de Tomásia eram muito agradáveis, pois, andávamos sob as sombras das árvores, ouvindo canto de pássaros que nos acompanhavam durante todo o percurso. Mas, com o passar do tempo fomos percebendo a modificação da paisagem naquela região, uma vez que os benefícios da energia elétrica proveniente do Projeto Luz Para Todos do governo federal, também, trouxe malefícios para a natureza, com corte de árvores e grandes queimadas, para deixar livre o espaço por onde passavam a rede elétrica, que ocasionaram, além de outros transtornos, intenso sol nos caminhos de acesso a essas povoações.

Prosseguindo viagem em direção ao povoado Bom Fim, após o pernoite na povoação de Tomásia, passávamos ainda por uma parte do povoado de Itapocu. Já na área pertencente a Bom Fim nosso trajeto era feito em veredas rasgadas na mata fechada. Aliás, tirando o medo de encontrar cobras venenosas e demais animais peçonhentos (abundantes na área), nossas caminhadas eram tranquila, regadas a leves brisas, a sombras de árvores e ao som do canto de alguns pássaros, como sabiá e quiquió, além de outros. Isso ainda era possível porque a energia elétrica ainda não chegou ao povoado Bom Fim.

É importante ressaltar, que em todos os povoados negros rurais nos quais os grupos de pesquisa atuam realizávamos atividades educativas com as crianças. Eram espécies de oficinas cuja programação era composta por cantigas de roda, desenhos, jogos. Enfim, isso além de proporcionar um pouco mais de alegria e descontração as crianças e demais habitantes das comunidades quilombolas, também auxiliavam passos de pesquisas e da minha formação acadêmica. Pois, um dos objetivos da *Pesquisa Inclusão no Processo de Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins, no Pará* é produzir materiais didáticos contextualizados e textualizados

conforme a realidade das povoações remanescentes de quilombolas. E as atividades executadas durante as oficinas forneciam subsídios para compor a cartilha de alfabetização voltada para os alunos de tais povoações, uma vez que palavras, frases e figuras que compoñham este material didático fazem parte do dia-a-dia das crianças e da vida dos seus povoados.

Das atividades realizadas nas povoações durante a pesquisa, duas me marcaram profundamente. A primeira ocorreu em uma noite na escola do povoado de Tomásia (que funciona no barracão de festas e reuniões deste povoado) durante uma intensa chuva com raios e trovões as crianças não se afastaram, todas ficaram ali participando assiduamente de nossas atividades já mencionadas anteriormente. Conforme ventava e os respingos da chuva invadiam o barracão, elas iam se comprimindo uma nas outras em um invejável compartilhamento de espaço e solidariedade no apreender o desconhecido, cuja água da chuva ao invés de representar empecilho, aparece que aguçava ainda mais o espírito de desafio, resistência e união.

A segunda aconteceu na povoação Bom Fim, onde em um sábado, deveríamos chegar antes das oito da manhã na escola desta povoação, porém ocorreu um imprevisto durante nosso trajeto e o atraso foi inevitável. Lembro-me que ficamos todos apreensivos, pois, todo o nosso esforço para executar a programação daquele dia poderia ser em vão. Por volta das dez horas, quando despontamos no ramal de entrada do povoado, surpresos deparamo-nos com as crianças a nossa espera. Umam estavam na escola, outras no arraial da povoação e algumas se agasalharam sobre os galhos de uma goiabeira e um muricizeiro, que até pareciam árvores de gente. Foi uma manhã esplendida, todas participaram das atividades que desenvolvemos, das quais aconteceu uma sessão de desenho. Dos desenhos que surgiram, houve um em especial, que me emocionou muito, o de um aluno, muito tímido, que ao retratar o povoado dava destaque a escola, e a uma dedicatória direcionada a mim como forma de agradecimento pelo carinho e a atenção que recebera. Foi nesse momento que percebi com clareza e tive toda a certeza da importância do nosso trabalho e como estávamos levando um pouco de alegria e bem querer para os habitantes dos povoados negros rurais da região, uma vez que os mesmos se sentem abandonados e esquecidos pelo poder público. Ressalta-se que no final das atividades nos povoados era distribuído entre as crianças cadernos, lápis, borracha, giz de cera e outros materiais didáticos, além da doação de alguns livros de autoria da professora Celeste Pinto.

Desta forma, o contato e a convivência com os moradores da povoação Bom Fim, além de ter me permitido reconhecer o espaço de descendentes de antigos quilombolas, suas

experiências cotidianas, também me auxiliou na realização das entrevistas e dos registros fotográficos, que foram essenciais para cruzar com as fontes bibliográficas, orais, imagéticas e escritas com as quais se dialogou para compor o presente estudo. Assim, através dos relatos orais dos moradores mais velhos dessa povoação, a constituição do conhecimento do povoado Bom Fim, se tentou reconstituir práticas identitárias, culturais e educacionais da referida povoação.

No decorrer desta pesquisa tive acesso a importantes referências bibliográficas sobre memórias, processos educacionais quilombolas, cultura negra, entre outras, que possibilitou não apenas o conhecimento. Mas, me permitiu, sobretudo, compreender as práticas, os costumes, os saberes e as experiências cotidianas dos povoados negros rurais da região Tocantina, que são transmitidas de seus ancestrais de geração em geração. Portanto, as análises do presente estudo perpassaram pelas formas de reconstituição, vivências e experiências cotidianas da povoação Bom Fim, abordando articulações entre memória, cultura e educação no dia-a-dia desse povoado.

Este trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo, *Escravidão e Quilombos: os redutos de resistência negra da região tocantina*, trata da questão da escravidão no Brasil, no Pará e na região tocantina, abordando a história de formação da referida povoação, considerando as questões identitárias, culturais e educacionais.

O segundo capítulo, *Memória, Cultura e Educação Quilombola*, evidencia como a memória constitui a cultura, a partir das vivências e experiências dos moradores mais velhos desta população. E como a educação se relaciona com a cultura, entrecruzando as questões políticas e econômicas e como ocorre o processo educacional da povoação remanescente de quilombolas Bom Fim.

Por fim, ressalto que esta pesquisa mostrou-me que apesar de tantas dificuldades enfrentadas pelos remanescentes de quilombolas, em uma sociedade preconceituosa, eles conseguem sobreviver consolidando em suas comunidades espaços políticos e econômicos, reconstruindo as formas de se expressar culturalmente e lutando por melhores condições de vida. Além de ser muito relevante para minha formação pessoal e profissional, enquanto acadêmica, pesquisadora e ser humano. Pois, além de me auxiliar no entendimento, e na prática, do tripé ensino, pesquisa e extensão, tão defendido na proposta pedagógica da Universidade Federal do Pará, proporcionou-me condições para contribuir com os moradores do povoado de Bom Fim, incentivando-os para que lutem por seus direitos, reivindicuem melhorias, para que os mesmos não permaneçam na aceitação e no conformismo esperando sobras, negociações escusas, como quer o poder público. Mas, que lutem por melhores

condições de vida, tanto no que diz respeito à questão educacional, quanto no que se refere a saúde, saneamento básico e valorização da cultura dos seus antepassados, para que os remanescentes de quilombolas possam sentir orgulho da sua participação na constituição histórica dos povoados remanescentes de antigos quilombolas da região, e se sintam membros importantes da sociedade brasileira, com direitos respeitados e garantido conforme é assegurado, como por exemplo, na lei 10.639 de 2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, sendo modificada, em 2008, pela lei número 11.645/2008, a qual, também, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas.



Imagem 1: Desenho da Povoação Bom Fim feito por um aluno da escola desta povoação. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011

CAPÍTULO I

ESCRAVIDÃO E QUILOMBOS: OS REDUTOS DE RESISTÊNCIA NEGRA DA REGIÃO TOCANTINA

1.1 A ESCRAVIDÃO NEGRA NA AMAZÔNIA TOCANTINA

No Brasil por mais de 300 anos os negros foram escravizados. Os primeiros quilombos no Brasil começaram a surgir em meados do século XVI, as formações de comunidades de negros miscigenados com índios eram claras nas capitânicas do Grão-Pará, de Goiás, do Mato-Grosso e da Bahia (GOMES, 2005).

Segundo Bezerra Neto, os primeiros escravos africanos foram trazidos pelos ingleses para a Amazônia, no século XVII, e eram destinados aos diversos tipos de serviços nas fazendas, como preparar as terras para as plantações, cultivar terrenos. Enfim, para o serviço de agricultura de gêneros como cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão, café, milho, cacau, mandioca e outros produtos agrícolas (BEZERRA NETO, 2001).

Durante o processo de escravidão da Amazônia o negro tornou-se uma população bastante expressiva, submetida a trabalhos forçados e a condições desumanas de sobrevivência. Resistindo a tal condição muitos grupos de negros fugiam para as matas e florestas onde formavam seus quilombos e buscavam reconstruir suas formas de vida e identidade (PINTO, 2006).

Segundo Funes, os quilombos eram motivo de preocupação para o governo colonial (FUNES, 1996). Assim,

“os quilombos representavam uma ameaça constante à sociedade escravista. Eram vistos como uma “praga”, uma “chaga de longa data” e acarretavam prejuízos aos bolsos dos senhores, pois parte de seus bens se evadia para as matas, diminuindo a força de trabalho e afetando uma economia visivelmente arruinada. Cabia ao Estado acabar com esses refúgios de escravos, restabelecendo a ordem e a tranquilidade” (FUNES, 1996, p. 485).

De acordo com Salles, “para dar maior cobertura à caça de escravos fugidos é que foi criada uma corporação especial a dos chamados capitães-do-mato, incumbida especialmente da apreensão desses escravos” (SALLES, 1988, p. 212). Essa corporação foi criada pela Lei nº 99 de 3 de julho de 1841, os senhores na tentativa de recuperar os escravos fugidos contratavam os capitães-do-mato, no entanto, os mesmos eram pessoas do povo e facilitavam a vida dos escravos (SALLES, 1988).

Segundo Pinto, pode-se dizer que onde houve escravidão, houve resistência dos negros. Pois, estes queriam e lutavam pela sua liberdade, e como não aceitavam viver em condições desumanas, buscavam as mais variadas formas de resistência. Diante de situações

cruéis eles quebravam as ferramentas de trabalho, faziam corpo mole para o trabalho, incendiavam plantações, agrediam feitores, rebelavam-se individual e/ou coletivamente. Contudo, uma das mais expressivas formas de resistência foram às fugas para as matas, montanhas, florestas e cabeceiras de igarapés, onde constituíam seus redutos negros, conhecidos como mocambos ou quilombos (PINTO, 2006).

De acordo com Salles,

“a fuga e conseqüente multiplicação desses ajuntamentos de escravos africanos na floresta amazônica aumentou consideravelmente a partir do final do século XVIII e tomou largo impulso nos primeiros anos do século XIX, sob a pressão de vários fatores, políticos, econômicos e sociais” (SALLES, 1988, p. 218).

Conforme afirma Salles, com o passar do tempo os escravos iam fugindo mais frequentemente por vários motivos, econômicos, políticos, sociais. Enfim, nas matas e florestas se organizavam e unido iam formando seus quilombos, onde era possível viver mais “tranquilamente”, longe das senzalas e das chibatas de seus senhores, preservando suas origens e se sustentando. Ainda de acordo com este mesmo autor as autoridades não mediam esforços e nem poupavam dinheiro para a captura dos negros fugidos haja vista que a fuga se tornara cada vez mais assídua (SALLES, 1988).

“A fuga foi uma constante no regime da escravidão. E não houve medidas capazes de desanimar o negro e retê-lo passivamente no eito e nas senzalas. O último ato provincial determinando a destruição dos quilombos parece ter sido a Lei n.º 653, de 31 de outubro de 1870, assinada pelo cônego Manoel José de Siqueira Mendes, vice-presidente em exercício, contendo apenas um artigo, que dizia: “Artigo único – Fica autorizado o presidente da província para dispender a quantia necessária com a destruição dos quilombos existentes na província; e revogadas as disposições em contrário” (SALLES, 1988, p. 218)

Para Pinto, as fugas possibilitavam aos negros fugidos reconstituírem nos quilombos suas raízes culturais e identitárias, as quais, na condição de escravidão, eram sufocadas pela chibata de seus senhores. É importante destacar, que nessas povoações os negros realizavam suas danças, rituais, saberes e transações econômicas, ou seja, realizam as trocas mercantis com os regatões ou marreteiros. Somente nas matas os negros se sentiam libertos e protegidos pela natureza, que era quem lhes fornecia os alimentos necessários à sua sobrevivência como caça, pesca, colheita de frutos, raízes e plantas (PINTO, 2006). Neste sentido, Funes afirma, que na Amazônia,

“a relação quilombola/meio ambiente não foi fundamental apenas para a fuga, mas, principalmente, para a sobrevivência e reprodução dos quilombos como organização social diferenciada da ordem escravista. O escravo, até então ocupado em atividades agropastoris e serviços domésticos, se viu diante de uma nova realidade, na qual, além da agricultura, devia caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sobrevivência” (FUNES, 1996, p. 480).

Nas análises de Funes, os escravos fugidos se viam diante de uma realidade completamente diferente em que tinham que lutar pela sua alimentação para a garantia de sua sobrevivência na mata na qual também se organizavam entre si e construíam uma nova vida distante dos castigos e chicotes dos seus senhores (FUNES, 1996).

Desta forma, quilombo era um local de esconderijo dos negros que resistiam à escravidão e fugiam de engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades. Segundo Pinto, os negros resistentes do regime escravista lutavam pela liberdade e tentavam reconstruir suas vidas de maneira mais comum, nesses locais, realizavam festas, cantavam, caçavam, plantavam e tentavam formar espaços políticos, sociais, culturais e econômicos, tentando preservar sua identidade étnica e cultural (PINTO, 2007). Na concepção desta mesma autora,

“as teorias a cerca dos quilombos como comunidades isoladas por própria opção de seus habitantes são infundadas, pois, os fugitivos resistentes do escravismo, além de se preocuparem em proteger e defender os redutos constituídos por eles também procuravam estabelecer-se em locais que favorecessem possíveis práticas econômicas. Isso se pode verificar quando as ligações de vínculo econômico praticadas entre quilombolas e marreteiros ou regatões ressurgem na memória através da fala dos entrevistados” (PINTO, 2007, p. 38).

Portanto, os quilombos não pertencem somente ao nosso passado escravista, tampouco se configuram como comunidades isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Aos escravos refugiados nos quilombos deu-se o nome de quilombolas, e os seus descendentes são os remanescentes de quilombolas, dos quais muito se fala nos dias atuais (PINTO, 2007). Para Salles “a região infestada de mocambos era a dos rios Moju, Capim e Acará, e a área próxima do baixo Tocantins (SALLES, 1988, p. 215). De acordo com Pinto,

“estima-se que existam no estado do Pará em torno de 290 povoações quilombolas, localizadas em diversos municípios, tais como Baião, Cametá, Acará, Gurupá, Capitão Poço, Abaetetuba, Ananideua, Mocajuba, Santa Izabel, Oriximiná e Vizeu. Dessas, aproximadamente 50 localizavam-se na região do Tocantins” (PINTO, 2006, p. 271).

Deste modo, assim como em outros lugares do Brasil, na região Tocantina, mais especificamente no município de Cametá, durante a segunda metade do século XVIII foi construído o Quilombo do Mola, um dos mais importantes palcos de resistência negra no Baixo Tocantins (PINTO, 1995).

“A povoação do Mola está localizada nas cabeceiras do igarapé Itapocu, um braço do Rio Tocantins. Este já quase extinto povoado foi um dos mais importantes focos de resistência negra no município de Cametá e na região tocantina. Estima-se que o quilombo do Mola ou do Itapocu foi formado na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de 300 negros e sob a liderança de uma mulher, denominada de Maria Felipa Aranha. Seus habitantes viveram ali por vários anos sem serem ‘ameaçados’ pelas forças legais” (PINTO, 2007, p. 31).

Com base nas afirmações de Pinto, percebe-se que o quilombo do Mola fora o grande responsável pela criação de novos mini-quilombos na região. Questões como crescimento demográfico, medo da reescravidão e dificuldades com a sobrevivência acabaram ocasionando a formação de novos pequenos quilombos, como é o caso de Bom Fim, Tomásia, Laginho, Boa Esperança, Porto Alegre, Porto Seguro, Porto Grande, Itapocu, Puxa-Reque e João Igarapé. Como enfatiza Pinto, “na luta pela liberdade e sobrevivência os negros iam construindo outros redutos – novos mini-quilombos” (PINTO, 2007, p. 35). Entre esses quilombos está o povoado de Bom Fim, que será ressaltado a seguir.

1.2. A POVOAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS BOM FIM, NA REGIÃO DO TOCANTINS

A povoação remanescente de quilombolas Bom Fim localiza-se no Distrito de Juaba, interior do município de Cametá, estado do Pará, onde é muito difícil o acesso via terrestre, principalmente no período de chuva na região. Nessa circunstância, para quem vai da cidade de Cametá o único meio de transporte para se chegar a esta localidade é via marítima, quando

se chega à povoação de Mola, daí em diante caminha-se por cerca de uma hora e trinta minutos a duas horas sob mata fechada, atravessando grande parte da povoação de Itapocu para se chegar à povoação Bom Fim.

Ressalta-se que este trajeto, durante o período chuvoso na região, é bastante perigoso, pois, o nível das águas dos rios e igarapés e regiões de várzeas aumentam, e se enfrenta muitos riscos pelo considerável aumento do número de aranhas, cobras e outros animais/insetos venenosos no caminho de acesso ao povoado em estudo.

De acordo com os entrevistados Francisco de Assis da Silva Franco, 72 anos de idade, morador do povoado Bom Fim e Sebastião da Costa, 97 anos de idade, atualmente morador da localidade Itabatinga, o povoado Bom Fim tem mais de cem anos. Pois, o senhor Francisco Franco conta que quando ele nasceu a família de seu avô Fidélis Franco já morava neste povoado. Da mesma forma, o senhor Sebastião da Costa lembra, que quando chegou nesta povoação, tinha 15 anos de idade, no ano de 1915 e já moravam na povoação as famílias de Fidélis Franco, Emanuel Pereira, Raimundo Pinto, Maria Pereira, José Monteiro, Raimundo Liarque, Salvador Sanches e outras, uma média de 50 famílias.

Os habitantes mais velhos entrevistados durante a pesquisa dizem que a estrutura das casas do povoado Bom Fim eram da seguinte forma: paredes de palhas de bacabeira, palhas de inajazeiro, coberta com palhas de palmeiras ou com cavaco (pedaço de lascas de madeira que substitui a telha). E só após alguns anos que as casas passaram a ser emparedadas com ripas de miriti e tábuas de madeira.

Atualmente, a povoação Bom Fim é composta por vinte e três famílias, cujas casas ficam um pouco afastadas uma das outras. Destaca-se que os habitantes deste povoado não recebem nenhum tipo de ajuda de órgãos governamentais ou privados, salvo o benefício social Bolsa Família do governo federal, destaca-se nem todas as famílias recebem apenas a maioria destas.

A principal fonte de renda dos habitantes dessa povoação é agricultura. Seus moradores sustentam suas famílias através do cultivo das roças de milho, arroz e mandioca, da qual provém a farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupi, tapioca e bejú de massa de mandioca, que após serem tirados para seu consumo são comercializados na feira das cidades de Baião, Cametá, e principalmente, na Vila de Juaba nos dias de feriados e domingo, onde os moradores do povoado realizam as compras para suprir suas necessidades mais corriqueiras como açúcar, café, feijão, charque, carne de boi salgada, entre outras. Queira ver imagens a seguir:



Imagem 2: Quilombolas chegando ao porto da Vila de Juaba para fazer a comercialização de seus produtos. Fonte: Crísley Marques, 2011



Imagem 3: A Feira da Vila de Juaba, funciona aos domingos e feriados. Fonte: Crísley Marques, 2011



Imagem 4: Feira da Vila de Juaba, onde os quilombolas vendem seus produtos para comprar outros que necessitam. Fonte: Crísley Marques, 2011.



Imagem 5: A pupunha também é muito vendida, cuja renda auxilia no sustento das famílias dos povoados. Fonte: Crísley Marques, 2011

Dos gêneros das povoações remanescentes de quilombolas que mais são comercializados é a farinha de mandioca. Esta tem um longo processo de produção até chegar às feiras das cidades e vilas, começando por roçar a área, derrubar as árvores, deixar passar um tempo mais ou menos de um mês para secar o mato e poder realizar a queimada. Após a queimada, se processa a limpeza da área para fazer o plantio e esperar crescer, por mais ou menos um ano. Porém, dependendo do tipo da mandioca plantada com seis meses já está boa para colher as raízes da mandioca. Depois coloca na água do igarapé ou no tanque para amolecer ou se não quiser não precisa colocar na água basta ralar a mandioca no catitu ou em um ralo comum, para enfim começar um trabalho de um dia inteiro, pois se começa a farinhar (ato de fazer a farinha) quando a mandioca é tirada do igarapé, tira-se a casca, então a mesma é amassada ou quando não está mole é ralada no ralador comum ou catitu, coloca-se no tipiti para escoar o tucupi, após passa-se na peneira e finalmente vai ao forno aos poucos por um período de 00h45 minutos ou 01h00min, depende da quantidade que está no forno, terminando tal trabalho no final da tarde ou início da noite. Na memória de dona Zolima Rodrigues Franco as lembranças de como era mais difícil fazer a farinha, atualmente é mais fácil porque já existe ralador, catitu, motor de luz e outras facilidades para tornar o trabalho menos pesado.



Imagem 6: Uma das fases do processamento da farinha é tirar a casca da mandioca. Fonte: Crísley Marques, 2010.



Imagem 7: A última fase da feitura da farinha de mandioca é quando ela é torrada no forno. Fonte: Crísley Marques, 2010.

A economia da povoação Bom Fim sempre girou em torno agricultura, através das roças de milho, arroz, mandioca e da extração de madeira, além dos frutos, que são constantemente coletados na mata. Segundo informações dos mais velhos habitantes desta povoação, antigamente esses produtos não eram vendidos e sim trocados por alimentos e outros gêneros de primeira necessidade. Atualmente a diferença é que esses produtos são vendidos para comprar alimentos e outros artigos importantes para sobrevivência dos remanescentes de quilombolas, portanto, não são mais objetos de trocas.

Durante a pesquisa se observou que a produção de milho e o arroz é direcionada para o próprio consumo das pessoas, apenas alguns moradores vendem o excedente do que produzem.

Em Bom Fim além do sustento dos habitantes proceder dos produtos que derivam da mandioca, há ainda a prática da caça. Porém, já não é como antigamente, quando existia muitos tipos de caças, como paca, tatu, veado, cutia, mucura, guariba, catitu (também conhecido como porco do mato), jucuraru (iguana, também conhecido na região como calango), além de outros, atualmente, dizem que há poucas caças.

Da mesma forma, coletam frutas do mato, como cupu-açu, bacuri, piquiá, açáí, bacaba, castanha do Pará. Também plantam pupunha, graviola, mamão, coco, manga, goiaba, muruci, caju (de cuja castanha ou cabeça fazem chocolate ou comem assado). Além de criarem alguns animais para o próprio consumo, como galinha, pato, peru e porco.

Historicamente a pesca artesanal era uma atividade muito comum nas povoações remanescentes de quilombolas da região tocantina, mediante a qual, além de tirarem o alimento para o sustento das suas famílias, também faziam pequenas transações comerciais com a produção da pesca. Porém, atualmente, no povoado Bom Fim não é feita tal atividade, não há não mais peixes, pois os igarapés ficaram rasos, devidos a derrubada das árvores nas suas nascentes.

Por outro lado, nota-se que a religiosidade ainda é muito forte entre as comunidades negras rurais, sendo que o catolicismo popular ainda é muito evidente. No povoado Bom Fim homens, mulheres e crianças participam assiduamente dos momentos católicos com celebração de cultos e ladainhas em honra aos santos. Conforme se pode analisar nas falas dos habitantes deste povoado que foram entrevistados, as festas que realizavam era o momento onde o sagrado e o profano se misturavam. Pois, nestas ocasiões rezavam, bebiam, dançavam e namoravam durante os festejos dos seus santos de devoção. Alguns entrevistados contam que, nos dias de hoje, já ocorreram algumas mudanças nas festas que realizavam em seus povoados, principalmente, naqueles em que a população se congregava em torno de uma comunidade Eclesial de Base. Pois, desde 2004 a igreja católica não permitiu mais que se misturasse o momento religioso e o profano, afastando, assim, a ingestão de bebidas alcoólicas e o que considera como “os excessos” nos festejos católicos. Com isso em algumas povoações foram feitos barracões particulares no qual, durante o período de festa de algum santo é realizado o baile dançante com bandas musicais e venda de bebidas alcoólicas. Contudo, em determinados povoados, como por exemplo, Porto Alegre no município de Cameté, onde veneram a Nossa Senhora da Conceição em torno de uma Irmandade Religiosa, e que a igreja católica, devido resistência cultural dos habitantes desta povoação, não interferiu, a festa e todo o novenário da santa padroeira acontece intercalada a rezas,

ladainhas, baile dançante com bandas musicais vindas de fora e grandes fornadas de samba de cacete.

A povoação Bom Fim tem como santo padroeiro São João Batista, o qual é festejado, no período de 19 a 23 de junho, provisoriamente na sala da casa de dona Zolima Rodrigues Franco, uma das moradoras mais velhas desta povoação. Pois o barracão de festividade da povoação atualmente está inutilizado, e sem o barracão fica difícil homenagear o santo padroeiro. Conforme informações dos moradores da referida povoação acontece só a parte religiosa, porque sem barracão de festa da comunidade tudo fica mais difícil. Mas, se verificou durante a pesquisa que os moradores por iniciativa própria já estavam retirando madeira da mata para reconstruírem o barracão.



Imagem 8: Festividade de São João Batista no povoado Bom Fim, Círio das Crianças. Fonte: Crísley Marques, 2010



Imagem 9: Resquício do antigo barracão de festas e reuniões do povoado Bom Fim, que por algum tempo também abrigou a escola desta povoação. Fonte: Crísley Marques, 2010

Nas povoações negras rurais do Tocantins, durante as festividades dos santos padroeiros ou no período de plantio das roças de mandioca, há muita fartura de alimentação. Pois, os moradores das povoações se preparam com antecedência para esse momento, matam porcos, fazem maniçoba e feijoadas com bucho ou mocotó. Enfim, preparam tudo em grande quantidade, que é para não faltar para ninguém. Embora, se observe que fora destes momentos festivos a situação não é nada fácil, havendo inclusive falta do básico para sobreviverem, principalmente, da alimentação (PINTO, 1999; AMORIM, 2000).

Os moradores do povoado Bom Fim enfrentam muitas dificuldades diariamente em relação às péssimas condições educacionais. Há falta de saneamento básico, não há sequer um posto de saúde para os primeiros socorros em casos de acidente, provocados fundamentalmente por picada de cobra. Durante a pesquisa se observou um alto índice de malária entre as crianças e os idosos, mas o cuidado com este tipo de doença é precário, para

cuidar da saúde as pessoas são obrigados a se deslocarem para a cidade de Cametá. No povoado há apenas a visita de uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) da cidade de Cametá, que passa a cada dois meses por esta povoação e vizinhança. Por outro lado, os ramais de acesso à povoação são muito perigosos principalmente no período chuvoso, que além de ficarem inundados e lamacentos, oferecem risco de acidentes proveniente de ataque de animais peçonhentos, como cobras e escorpiões. Na povoação de Mola, por exemplo, mais de 85% da população já foi picada por cobras venenosas, inclusive crianças com dois anos de idade que brincavam pelos terreiros das casas.

As carroças de boi representam o meio de transporte mais corriqueiro em Bom Fim, pois serve, tanto para o transporte de pessoas, quanto para retirar mandioca da roça e para transportar a farinha de mandioca que se destina a venda na feira da vila de Juaba. As bicicletas também são utilizadas como meio de transporte, porém em proporção menor, principalmente, durante o período de chuva na região.

Nesta povoação não há energia elétrica, os moradores iluminam suas casas com lamparinas a querosene. De toda a povoação há apenas três casas cujos moradores possuem motor gerador de energia, mas, o funcionamento deste é racionado, funciona ao cair da tarde, a partir das dezoito horas até as vinte horas, isso quando há combustível. Esta povoação também não conta com o abastecimento de água potável. Dados da pesquisa apontam que apenas uma residência possui água encanada, puxada por uma bomba elétrica, que funciona apenas quando o motor gerador está funcionando, que é o caso da casa da parteira Zolima Franco, os demais moradores da povoação retiram água do igarapé, tanto para beber, quanto para lavar roupa, lavar louças, cozinhar e tomar banho.

Na povoação Bom Fim e em outros povoados negros rurais a solidariedade que há entre os habitantes dos povoados é muito bonita de se ver. Estes realizam o convidado que é uma prática de ajudar um ao outro nas suas plantações e na preparação dos roçados, o que ocasiona uma conversa amigável, agradável. E, conforme afirma Pinto, também é uma maneira de aprendizado informal, de unir as pessoas da população, pois os mesmos celebram o trabalho por meio de festas onde ocorre a transmissão de valores (PINTO, 2006). Amorim afirma que,

“no convidado, o trabalhador dispõe de ferramentas manuais restritas (enxada para cavar e terçado para cortar o caule da maniva), mas a força física é essencial, pois todas as tarefas são desempenhadas com rapidez. Considera-se uma organização familiar de maneira eficiente, visto que as técnicas de trabalho e ferramentas são simples. O estilo festivo que ocorre antes e durante o convidado ameniza o cansaço e o trabalhador além de

sentir prazer ao ver ‘um estirão’, ou seja, uma roça plantada sente-se como membro do grupo familiar satisfeito pela solidariedade dos convidados na realização de uma tarefa difícil e urgente da roça de maniva” (AMORIM, apud PINTO, 2006, p. 291).

Desta forma, segundo Pinto, as festas religiosas, a dança, as práticas culturais, os saberes, a organização social, a plantação, a colheita e outros compõem o universo de uma educação informal em que as pessoas vão sendo educadas cotidianamente (PINTO, 2010). Neste sentido, alimentando práticas culturais, saberes e experiências, bastante comuns nas povoações remanescentes de antigos quilombolas da região, dona Zolima Rodrigues Franco exerceu por muito tempo a função de parteira. Porém diz que herdou esse saber de suas antepassadas, assim como Madalena Borges e Ana Borges, que aparecem nos relatos dos entrevistados como as principais responsáveis pela saúde dos habitantes destas povoações, já que as mesmas além de curarem com chá de plantas, unguentos e banhas de animais a sua gente, também faziam partos em todas as povoações da redondeza. Conforme afirma Pinto, o conhecimento dessas mulheres sempre foram transmitidos para suas descendentes nas práticas, vivências e experiências cotidianas por meio da memória oral (PINTO, 2010).

Atualmente por motivo da idade já avançada e talvez por medo de ocorrer muitas complicações na hora do parto, dona Zolima conta que só exerce a função de parteira quando não dá tempo da mulher que vai dar a luz ir para o hospital na cidade de Cameté, Nestas condições, quando as mulheres estão próximas de ganhar o bebê, vão para a cidade de Cameté, pois é complicado sair do povoado e chegar rápido na cidade. Como se percebe na fala de dona Zolima,

“nosso garapé depende da maré, agente tem que esperar a maré, é por isso que fica difícil na hora de alguma urgência chegar até a cidade. A mãe da minha neta é morta, minha filha foi picada por uma cobra e por não ter chegado rápido ao hospital porque a maré estava seca ela morreu. Minha neta ficou no meu encosto, mais agora ela já tá de leito, ela arrumou um patrão e tá bem. Agora também melhorou, que tem um telefone na casa da vizinha e fica mais fácil pedir ajuda” (Zolima Rodrigues Franco, 71 Anos, Povoado Bom Fim).

Portanto, conforme se percebe na fala dos entrevistados durante a pesquisa, a distância do povoado até a cidade de Cameté ou a vila de Juaba é grande, o que dificulta um atendimento urgente, tanto nos casos de acidentes nas roças ou nos ocasionados por picadas de cobras, quanto em outros tipos de doenças, e até mesmo quando a mulher está em trabalho de parto. Sem falar que além da distância, os moradores de Bom Fim ainda convivem com os

ritmos das marés do rio Itapocu, “tem que esperar a maré alta” para a canoa, a rabeta poder passar.

É importante destacar aqui que a povoação Bom Fim é uma das oito povoações que fazem parte da Associação Quilombola Terra da Liberdade, que é composta ainda pelas povoações de Laguinho, Frade, Itapocu, Mola, Tomásia, Itabatinga e Taxizal (antigo João Igarapé). Esta associação ainda está aguardando o documento que regulamenta o povoado como remanescente de quilombolas, ou seja, o título definitivo de terra, de acordo como é assegurado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68, que diz que o Estado deve emitir os títulos de propriedade definitiva para os descendentes de negros fugidos e também nos artigos 215 e 216 que garantem proteção das manifestações das culturas populares e o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de memórias históricas dos antigos quilombos.

Diante do exposto percebe-se que os remanescentes de quilombolas vem lutando há muito tempo por seus direitos e tentando promover políticas públicas por melhores oportunidades voltadas para a população negra e como consequência aos poucos estão conseguindo conquistas em todos os âmbitos da sociedade, como por exemplo, o título definitivo de terra, o direito a educação, a saúde, economia, cultura e outros, visto que os africanos deixaram fortes influências na sociedade brasileira e tiveram grande contribuição para a formação da cultura afro-brasileira (MATTOS, 2007).

CAPÍTULO II

MEMÓRIA, CULTURA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

2.1. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DA CULTURA NO PROCESSO EDUCATIVO

Cultura é tudo aquilo que o homem faz, a forma de vida de um grupo de pessoas nas manifestações simbólicas, ou seja, uma representação ou imitação dos comportamentos aprendidos que é repassado de geração em geração. Portanto, o conjunto de diversas formas de linguagens, símbolos, saberes, gestos, rituais, religiosidade, escritas, enfim, práticas presentes em uma determinada sociedade, visto que se manifesta de várias maneiras na atividade (BRANDÃO, 2002). Na concepção de Brandão, cultura é

“uma palavra universal, mas um conceito científico nem sempre aceito por todos os que tentam decifrar o que os seus processos e conteúdos querem significar, e que misteriosamente existe tanto fora de nós, em qualquer dia de nosso cotidiano, quanto dentro de nós, seres obrigados a aprender, desde crianças e pela vida afora, a compreender as suas várias gramáticas e a “falar” as suas várias linguagens. Várias, porque bem sabemos que esta com que nos escrevemos uns aos outros, em uma língua qualquer dentre as milhares que ainda habitam nossos mundos, é apenas uma entre tantas outras” (BRANDÃO, 2002, p. 16-17).

Segundo Brandão, a cultura está presente no interior e exterior de todos, pois ela muitas vezes nos é imposta e, portanto, somos obrigados a conviver com distintas maneiras de diversos povos, visto que crenças, hábitos, normas, valores, entre outros, fazem parte da cultura humana (BRANDÃO, 2002). Assim,

“antes de mais nada viver uma cultura é conviver *com e dentro* de um tecido de que somos e criamos, ao mesmo tempo, os fios, o pano, as cores o desenho do bordado e o tecelão. Viver uma cultura é estabelecer em mim e com os meus outros a possibilidade do presente. A cultura configura o mapa da própria possibilidade da vida social. Ela não é a economia e nem o poder em si mesmos, mas o cenário multifacetado e polissêmico em que uma coisa e a outra são possíveis” (BRANDÃO, 2002, p. 24).

Nesse sentido, todos os seres humanos têm cultura e ninguém fica fora do contexto social, pois a maneira de viver socialmente pode ter aspectos comuns e aspectos diferentes em relação à maneira de viver de outros povos (BRANDÃO, 2002).

Para Moles, a cultura nasce de elementos do conhecimento já reunidos na memória de cada um, ou seja, a instrução de um determinado princípio social já vem passando de geração em geração (MOLES 1974). Contudo, a cultura também é adquirida na convivência em grupo e o lugar mais propício para que as culturas possam se entrelaçar ainda é a escola, pois nela os alunos juntamente com os professores trocam experiências, saberes, vivências, linguagens, individualidades, enfim, convivem com as diferenças no dia-a-dia (PCN, 2001). Assim,

“a cultura pode assumir um sentido de sobrevivência, estímulos e resistência. Quando valorizada, reconhecida como parte indispensável das identidades individuais e sociais, apresenta-se como componente do pluralismo próprio da vida democrática. Por isso, fortalecer a cultura própria de cada grupo social, cultural e étnico que compõe a sociedade brasileira, promover seu reconhecimento, valorização e conhecimento mútuo, é fortalecer a igualdade, a justiça, a liberdade, o diálogo” (PCN, 2001, p. 44).

Dessa forma, temos que valorizar a cultura de todos os grupos para que possamos viver em uma sociedade mais justa com direitos iguais para todos respeitando a diversidade e diferenças étnicas. Assim, a escola deve atentar para as diferenças culturais considerando a história de cada grupo, pois ao valorizar as distintas culturas o aluno se sente digno, promove a auto-estima como ser humano (PCN, 2001).

A questão educacional articulada com a cultura é meio complexa, pois existem muitas dificuldades quando se fala de educação e cultura, pois muitas vezes a educação não é pensada como algo que se completa e se relaciona com a cultura (BRANDÃO, 2002). De acordo com Brandão,

“toda a educação é cultura. Toda a teoria da educação é uma dimensão parcelar de alguns sistemas motivados de símbolos e de significados de uma dada cultura, ou do lugar social de um entrecruzamento de culturas” (BRANDÃO, 2002, p. 139).

Deste modo, a escola não deve ser pensada como única, pois as pessoas são diferentes, com realidades diferentes e trazem consigo os significados da sua cultura, os seus saberes, crenças, rituais, enfim. A educação em uma sociedade que é multicultural é muito importante, visto que ela faz parte da vida cotidiana de todos e está presente em todos os tempos e lugares (MOURA, 2006). Assim, Moura afirma que,

“a escola tem o dever, a partir dos valores especificamente pedagógicos que orientam sua prática, de ampliar e aprofundar no aluno o seu processo de

aquisição de conhecimentos. O que se propõe é o respeito às matrizes culturais a partir das quais se constrói a identidade dos alunos, com a atenção voltada para tudo aquilo que vá resgatar suas origens e sua história (o que também significa respeitar os direitos humanos!), como condição de afirmação de sua dignidade enquanto pessoa, e da especificidade da herança cultural que ele carrega, como parte da infinita diversidade que constitui a riqueza do ser humano. Esse é um valor que se revela essencial numa sociedade marcada por uma formação pluriétnica e multicultural. Não se está advogando o desprezo da cultura universal, patrimônio comum de toda a humanidade, mas sugerindo seguir o exemplo do que ocorre nas comunidades negras rurais que é levar em conta o contexto cultural onde a escola está inserida, e a partir daí, possibilitar que se amplie o universo da experiência e a visão de mundo dos alunos, para que possam ter acesso à universalização do saber. Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história” (MOURA, 2006, p. 264).

Nesse sentido, diante de muito sofrimento causado pela discriminação racial, há muito tempo os negros vem lutando para conquistar seus direitos, por sua inclusão em todos os âmbitos da sociedade, como no político, educacional, econômico, cultural e social. E em sua longa trajetória de lutas, marcadas por diferenças, preconceito e discriminação, tem conseguido levantar suas bandeiras de conquistas (MATTOS, 2007). Segundo as afirmações de Mattos,

“em 1954 foi fundada a Associação Cultural do Negro, voltada para a organização de cursos, conferências e eventos culturais - Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro -, essa associação atuou através de atividades sociais, educacionais e culturais, visando promover a igualdade racial, reivindicando os direitos da população negra e da preservação da cultura afro-brasileira” (MATTOS, 2007, p. 191)

Segundo Mattos, a história dos africanos foi muito tempo deixado de lado, através de tantas lutas dos movimentos negros reivindicando seus direitos conseguiram muitas conquistas e ganha mais destaque com a Lei 10.639 no campo da educação sancionada no dia 9 de janeiro de 2003, que obriga todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, particulares e públicos o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (MATTOS, 2007).

A Lei 10.639/2003 foi regulamentada em junho de 2004, e representou um marco muito importante para o povo negro, pois, foi através dessa lei que se tornou obrigatória a inserção da cultura negra na educação brasileira, quando foi possível conhecer formas de

lutas, resistências, culturas e religiosidade da população negra no Brasil, assim como, a valiosa participação que os negros tiveram na formação da nossa identidade nacional. E, assim, vão ganhando espaço, se auto-reconhecendo, sendo reconhecidos e valorizados cada vez mais, tornando-se cidadãos orgulhosos de sua identidade étnica (BRASIL, 2004).

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, tornando-se obrigatório no currículo escolar a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, pois até o momento não era obrigatório. Assim, as pessoas vão se reeducando e compreendendo as relações étnico-raciais, pois todos os educandos se tornam conhecedores da história e cultura que por muito tempo foi silenciada, independente da sua raça ou etnia. Além de possibilitar ao povo negro o orgulho de sua origem reconstruindo sua identidade sem se sentir inferior ao branco (MAGALHÃES, 2010). Portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos orienta em seu § 1º e § 2º que,

“§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS Apud MAGALHÃES, 2010, p. 92)

De acordo com Souza,

“neste início do século XXI, o quadro começa a mudar. Teve de ser na base da imposição legal, regulamentada na Lei nº 10.639 de 2003, resultante da atuação de alguns políticos e, principalmente, da pressão exercida por grupos de defesa dos direitos dos negros. Esse ano incorporou também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, mudando para Lei nº 11.645. O texto diz que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira”, incluindo “o estudo da História da África e dos Africanos” (SOUZA, 2009, p. 92).

Neste sentido, de acordo com as Leis 10.639 e 11.645 somos todos obrigados a conhecer as realidades passadas e presentes dos povos africanos e indígenas, pois temos que estar atento para a diversidade, visto que esses povos viveram processos históricos e

contribuíram muito para a formação de nossa identidade, sendo que ensinar a história e cultura afro-brasileira e história da África e dos africanos nas escolas já é um início para a valorização étnicas e culturais destes povos e começar a quebrar as barreiras que os negros encontram na sociedade, acabar com o preconceito e discriminação racial, acabar com as desigualdades socioeconômicas e dar direitos e oportunidades iguais para a população negra (SOUZA, 2009).

Dessa forma, começar pela escola é essencial nesse processo, pois é na mesma que se encontram pessoas com diferentes raças, religiões, crenças, valores, conhecimentos, costumes, enfim, é um espaço em que se convive com a diversidade e diferença e muitas vezes é na própria escola que encontramos diversos tipos de preconceito (SOUZA, 2009). Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais afirmam que,

“na escola, muitas vezes, há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente. Essas atitudes representam violação dos direitos dos alunos, professores e funcionários discriminados, trazendo consigo obstáculos ao processo educacional, pelo sofrimento e constrangimento a que essas pessoas se vêem expostas” (PCN, 2001, p. 22).

Portanto, o povo negro não pode deixar de exigir seus direitos por melhores condições de vida, inclusão social, educação de qualidade, saúde, saneamento básico, enfim, respeito à diversidade e diferença étnica, pois atualmente ainda acontece discriminação, exclusão da população negra nos centros educativos principalmente no ensino superior, humilhações e violência simbólica ou explícita mesmo destinada ao povo negro, enfim, uma série de atos que desrespeitam a população (MEC, 2010).

2.2. O MODO COMO A MEMÓRIA CONSTITUI A CULTURA

Os quilombolas são representantes de uma memória viva da história de lutas e oposição a dominação dos negros no Brasil. Segundo Pinto, na memória dos moradores mais velhos nos povoados remanescentes de quilombolas da região tocantina, “ainda hoje,

permanecem os vestígios, as lembranças desses redutos negros e suas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de seus descendentes que vivem nos povoados remanescentes” (PINTO, 2006, p. 273). Assim,

“memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também, empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI apud NUNES, 2006, p. 354).

Essa memória constitui histórias vividas e aprendidas que são transmitidas de geração em geração aos seus descendentes. Assim, a memória individual traz lembranças das práticas sociais vividas tornando-se uma memória coletiva (MALUF, 1995). Deste modo, segundo Moles, a memória das sociedades é reconstituída através de experiências pessoais e sociais que é escrita ou materializada, principalmente por meio de recordações armazenadas através do espaço e do tempo (MOLES 1974). Neste sentido, Eurípedes Funes afirma que, a

“história que está presente na memória dos mais velhos, bons narradores da saga de seus antepassados, que permitem resgatar um passado nem sempre revelado nos documentos escritos. Uma memória que é referencial ao mesmo tempo de ancestralidade e de identidade” (FUNES, 1996, p. 467).

Segundo Bosi, a memória é tudo aquilo que um determinado grupo carrega da sua vivência, e através das lembranças, constrói a sua herança cultural que é transmitida aos seus descendentes como tradição, ou seja, as práticas, saberes e costumes de seus ancestrais. Deste modo, a memória é trazida como recordações pessoais pelas pessoas mais velhas dos acontecimentos vividos pessoalmente e coletivamente, que no presente transforma-se em herança cultural (BOSI, 1994). Para Funes,

“a memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico. Nas comunidades remanescentes de mocambos ela está mais viva entre os velhos, netos e bisnetos de mocambeiros, guardiões das histórias que seus antepassados lhes contavam” (FUNES, 1996, p. 468).

As lembranças mesmo sendo narrada por uma pessoa fazem parte de uma memória que se manifesta de forma coletiva. Segundo Pinto, as lembranças remotas dos moradores antigos de uma comunidade, que surgem através de suas falas, são os procedimentos

simbólicos, suas representações. Sendo assim, as práticas, os saberes, as devoções, as crenças, as orações, os rituais simbólicos vão sendo repassadas oralmente pelos mais velhos aos seus descendentes. São memórias eivadas de significados, que buscam renovar e repassar na tentativa de construir e valorizar a identidade negra (PINTO, 2007). Dessa forma, a cultura dos remanescentes de quilombolas vai resistindo e sendo assimilada por meio da educação informal, através da qual se adquire e acumula conhecimentos e experiências vividos cotidianamente (PINTO, 2004).

Para Oliveira,

“a festa é uma prática social que reflete não somente as crenças, mas também a trama de relações cotidianas no quilombo – hierárquicas, familiares, comerciais, afetivas e outras. Como ponto de encontro e espaço de lazer, a festa congrega os membros da comunidade e também um número cada vez maior de visitantes. O acesso de grupos não pertencentes à comunidade, como, por exemplo, membros de organizações não governamentais e políticos, tem transformado a festa também num espaço de reivindicações” (OLIVEIRA apud. PINTO, 2006, p. 275).

Segundo Oliveira, as festas eram muito importantes para estreitar os laços de amizade entre os moradores do local e também os visitantes, entre outras vantagens, como por exemplo, trazer alegria e descontração do trabalho cansativo da roça, as festas traziam prazer para as pessoas que se divertiam através da dança e ao som da melodia (OLIVEIRA, 2003).

Em entrevistas realizadas com moradores mais antigos da povoação de Bom Fim, a memória faz um revisitar nos bons tempos dos “antigos”, avós e pais, quando havia os rituais, as cantorias e danças, como o samba de cacete, que eram realizados como mais frequência nas noites de festa do padroeiro, São João Batista, ou então quando realizavam o convidado de plantação. Percebe-se, aqui apropriação e valorização de uma cultura, que nos tempos atuais, com a nova geração, está se modificando. Segundo Marina Maluf,

“a memória, um dos elementos que dá unidade a um grupo, depende do sentimento de um tempo contínuo, de um tempo fluido que opera apenas limites incertos entre o vivido outrora e o tempo presente. Pois, é nesta corrente temporal contínua que reside a própria existência do grupo que retém do passado aquilo que está vivo, ou mesmo aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo” (MALUF, 1995, p. 43).

Desta forma, na povoação Bom Fim, a memória dos mais antigos traz lembranças de outros tempos, como o samba de cacete que acontecia durante os convidados de plantas e nas noites de mordumagem (novena realizada sob a responsabilidade de um mordomo) de São

João Batista. Dona Zolima Franco diz ainda lembrar-se de antigamente, quando não tinha hora e nem idade para dançar o samba. Neste sentido, “a memória guarda espaços que viveu e que são afetivamente ordenados na singular arquitetura das lembranças” (MALUF, 1995, p. 72).

Na concepção de Maluf, a lembrança é ao mesmo tempo ligada à memória para reconstituir o passado e selecionar os eventos vividos (MALUF, 1995). Desta forma, dona Catarina Franco, uma antiga habitante de Bom Fim (que embora morando atualmente na vila de Juaba, continua trabalhando na agricultura em Bom Fim, para onde se desloca nos finais de semana para cuidar da sua roça e fazer farinha) demarca na sua fala como os traços culturais desta povoação aos poucos estão sendo modificados, estão se esfacelando muitas vezes por questão de sobrevivência mudam para outro lugar, sendo obrigados a deixar de lado alguns costumes, isto é, a sua cultura.

“No tempo da minha mãe era samba de cacete que tinha na véspera de São João Batista, hoje não tem mais samba de cacete, porque o jovem já não liga muito e o padre proibiu a bebida e sem bebida ninguém dança, porque com a bebida agente se solta mais” (Catarina da Silva Franco, Povoação Bom Fim).

Percebe-se na fala da entrevistada que os traços culturais das povoações aos poucos estão ficando de lado, principalmente, quando se refere ao Samba de Cacete que acontecia nas noites de mordumagem de São João e por ocasião dos convidados para plantar mandioca, quando os habitantes encorajados, conforme afirma dona Catarina, pela bebida se soltavam para dançar, namorar, conversar, ou seja, perdiam a timidez. Nos dias de hoje, após a proibição de bebidas alcoólicas pela igreja católica, as mordumagens acontecem apenas em algumas noites, e as fornadas de Samba de Cacete que faziam depois da novena também acabaram.

Portanto, muita coisa mudou nas festividades do padroeiro de Bom Fim e na cultura dos seus habitantes, uma vez que o encerramento desta já não acontece de forma coletiva, com a partilha de alimentos, com a colaboração e participação de todos como era no passado. Pois, nos dias de hoje, o momento “profano” da festa se tornou propriedade de particulares, animadas com bandas musicais vindas de fora, e com a venda de bebidas visando lucro de uma minoria. Neste sentido, os mais jovens não assistem e nem participam dos festejos nos moldes dos mais velhos, quando o alívio da dura faina do cotidiano era regado a divertimentos alegres, embalados pelas musicas, pelos ritmos contagiantes e pelo rufar do tambor do samba de cacete. Atualmente, os jovens vivem e reinventam outro tipo de cultura,

que não é mais a dos remanescentes de quilombolas, conforme dizem os mais velhos. Contudo, foi observado durante a pesquisa procissão de crianças em honra a São João Batista em Bom Fim, e crianças com participação ativa nas rezas das ladainhas direcionadas aos santos padroeiros.

2.3. O MODO COMO A EDUCAÇÃO SE RELACIONA COM A CULTURA

O processo educacional é claramente um processo cultural e certamente perpassarão no ambiente escolar que é composto de diversas pessoas com diferentes culturas. No entanto, falar de educação e cultura não é nada fácil, pois existem muitas questões como as condições de discriminação, exclusão, seleção, enfim, que ainda são tratadas e vividas em estado de desgraça pela educação no Brasil (BRANDÃO, 2002). Porém, existe uma afinidade íntima entre educação e cultura, como salienta Forquin,

“educação e cultura aparecem como as duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares, de uma mesma realidade: uma não pode ser pensada sem a outra e toda reflexão sobre uma desemboca imediatamente na consideração da outra” (FORQUIN, 1993, p. 14).

Para Forquin, a educação e a cultura são duas faces indissociáveis, sendo que a cultura é forma de vida das pessoas que transmitem sua sabedoria, seus conhecimentos, valores, crenças, enfim, para seus descendentes sendo transmitidos através da educação formal ou da educação informal e não formal que se dá na convivência social, porém ainda é na escola que ocorre o encontro de diversas culturas, onde professores e alunos podem trocar conhecimentos, valores, experiências, vivências e outros (FORQUIN, 1993). Assim sendo,

“toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. (...) conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos procede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura” (FORQUIN, 1993, p. 10).

Na concepção de Forquin, a escola faz uma ligação entre educação e sociedade, pois a educação no sentido amplo não se limita a sala de aula mais está em todos os lugares, ou seja, a escola não é o único lugar onde ocorre o ensino de todos os saberes, portanto não existe um modelo de educação a ser seguido em uma sociedade que é multicultural, dessa forma as inúmeras educações atendem as sociedades em que ocorre, visto que é a forma de reprodução dos saberes que compõem uma cultura (FORQUIN, 1993).

Mas ao falar das relações entre a *cultura* e a *educação*, uma das lembranças porventura mais importantes aqui deve ser a de que mais do que seres “morais” ou “racionais”, nós somos seres aprendentes. Somos, de todo o arco-íris de alternativas da Vida, os únicos seres em quem a aprendizagem não apenas complementa frações de um saber da espécie já impresso geneticamente em cada um de seus indivíduos, mas, ao contrário, representa quase tudo o que um indivíduo de nossa espécie precisa saber para vir a ser uma pessoa humana em sua vida cotidiana (BRANDÃO, 2002, p. 25).

Para Brandão, a educação acontece também dentro de uma esfera maior de processos sociais, de intercâmbio chamado cultura, e que nós como seres aprendentes fazemos parte dessa cultura, portanto faz parte da nossa vida cotidiana a educação como cultura (BRANDÃO, 2002). Desta forma,

“educar é criar cenários, cenas e situações em que, entre elas e eles, pessoas, comunidades aprendentes de pessoas, símbolos sociais e significados da vida e do destino possam ser criados, recriados, negociados e transformados. Aprender é participar de vivências culturais em que, ao participar de tais eventos fundadores, cada um de nós se reinventa a si mesmo” (BRANDÃO, 2002, p. 26).

Nesse sentido, a educação se manifesta nas vivências culturais e tem como intuito fundamental causar mudanças desejáveis nos indivíduos para que a mesma provoque transformações e favoreça o desenvolvimento do homem, pois é sabido que a educação está presente em todos os âmbitos da sociedade (BRANDÃO, 2002). Assim, Valente afirma que,

“a educação é expressão do social e da cultura que caracteriza todos os seres humanos e, por ser histórica, transforma-se ao longo do tempo. Nessa perspectiva, processo educacional – que inclui mecanismos de socialização, como a educação escolar -, produção cultural e ‘natureza’ social são experiências coincidentes. Além disso, essa educação possui duas dimensões não excludentes: uma universal (generalizada) e outra singular (diferenciada). Assim, outras experiências em curso devem ser conhecidas, que não se circunscrevem ao espaço escolar”. (VALENTE apud PINTO, 2006, p. 299)

Portanto, a escola deve oferecer possibilidades de acesso de distintas culturas, para que o aluno possa perceber que existem diferenças culturais dos povos, pois é de fundamental importância que os mesmos conheçam a sua cultura e a de outros povos. Sendo assim, os professores são fundamentais para ajudar os alunos a lidarem com as diferenças culturais, de raça, de classe social, necessidades especiais, enfim, os mesmos devem aproveitar todas as oportunidades para estimular os alunos a promoverem o respeito entre si e o respeito às diferenças (VASCONCELOS, 2005). Assim,

“é imprescindível que os educadores e todos aqueles que trabalham nas instituições de ensino participem de cursos de atualização não apenas na sua área de formação específica. É importante que estudem ética, educação sexual, valores, cultura, arte, informática, política (VASCONCELOS, 2005, p. 13).

Forquin salienta, que “o pensamento pedagógico contemporâneo não pode se esquivar de uma reflexão sobre a questão da cultura e dos elementos culturais dos diferentes tipos de escolhas educativas, sob pena de cair na superficialidade” (FORQUIN, 1993, p. 10). Assim, o corpo docente e técnico da escola proporcionarão aos alunos o auto-respeito, a segurança, a auto-identidade, uma vez que a identidade muitas vezes é negada por vergonha, por ser diferente, enfim, por diversas razões que a sociedade ainda enfrenta, os educadores tem que atentar que vivemos em uma sociedade com diversas etnias, raças, religiões, valores, histórias próprias, enfim, tornando-se essencial que os mesmos façam constantemente cursos de atualização de diferentes áreas de conhecimento (LOPES, 2003).

2.4. O PROCESSO EDUCACIONAL DA POVOAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBOLAS BOM FIM

Contam os mais velhos habitantes da povoação Bom Fim, como o senhor Francisco de Assis Franco, 72 anos de idade, que “antigamente o processo de educação se dava através de livros, as pessoas tinham que estudar o primeiro livro, o segundo livro, o terceiro livro e o

paleógrafo² (tipo de livro que visavam o desenvolvimento de habilidades de leitura, tornando leitores aptos para decifrar diversos estilos de letras). Assim, quem estudasse o terceiro livro e o paleógrafo já saía preparado, ou seja, alfabetizado. Primeiro, as crianças deste povoado estudavam na escola que funcionava nas casas dos moradores do povoado de Porto Grande de Itapocu, sob a responsabilidade do professor Cipriano. Só depois foram estudar na escola da povoação Bom Fim com o professor Antônio Moreira. Porém, a escola permaneceu pouco tempo neste lugar, apenas cinco anos, retornando novamente ao Porto Grande de Itapocu.

Durante um longo período, a povoação Bom Fim ficou sem escola, retornando a funcionar apenas no dia 08 de abril de 2002, em espaços improvisados, primeiramente na casa de dona Zolima Rodrigues Franco, onde permaneceu por um período de 08 meses e, posteriormente, após a construção do barracão de festas e reuniões desta povoação, passou a funcionar neste barracão até março de 2010, quando mais uma vez teve que mudar, devido o estado precário do barracão, que estava preste a desabar.

Tentando evitar o risco do telhado deste barracão desabar em cima do professor e de seus alunos, os moradores de Bom Fim, após uma reunião, decidiram procurar a Prefeitura Municipal de Cameté e a Secretaria Municipal de Educação do município para expor o problema, que escola do lugar estava enfrentando e reivindicaram um espaço físico melhor. A solução provisória encontrada pelo poder público foi o de alugar uma casinha, de propriedade de um dos moradores do povoado, que também é pai de três crianças, alunos da escola do lugar, pelo valor de R\$200,00 reais.

Contudo, era possível visualizar que a casinha alugada não estava mais em condições de ser utilizada, então, desde o início do ano de 2011 o professor desta escola deu entrada, com ofício contendo assinatura dos moradores do povoado, na prefeitura municipal de Cameté reivindicando e exigindo resposta a respeito da construção do espaço físico da escola

² Para Corrêa, os paleógrafos visavam o desenvolvimento de habilidades de leitura que tornassem os leitores aprendizes aptos para decifrar a variedade de estilos de letras que caracterizam o texto traçado manualmente. O paleógrafo do paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas é o primeiro livro brasileiro deste gênero, sua utilização foi mais intensa nas escolas do Pará, Amazonas e de algumas províncias do nordeste. Batista (2004) destaca-se que a primeira edição deste livro parece ter ocorrido em 1871, tendo sua confecção ocorrida em Lisboa pela oficina litográfica de J. L. Palhares. “Muitos dos textos que compõem o paleógrafo do autor paraense, remetem a um conjunto de referências profundamente ligadas ao período imperial. Este fato sugere um ciclo de vida relativamente curto para o paleógrafo de Freitas uma vez que, com o advento da República, as temáticas e abordagens presentes em seus textos não gozariam de tanto prestígio para sobreviverem em um mundo mental marcado pelos ideais republicanos”. Contudo, no Amazonas, o ciclo de vida do paleógrafo do Dr. Freitas se estende até o ano de 1909, ou seja, 20 anos depois de proclamada a República. CORRÊA, Carlos Humberto Alves. *Manuais, paleógrafos e livros de leitura: com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?* In: <http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/CHAC-ManuaisPaleografosLivros.pdf>. Capturado em 04/06/2012

da povoação. Porém, até o final do ano de 2011 não houve nenhum posicionamento ou informação a respeito desta escola. Em janeiro de 2012, na tentativa de conseguir a construção desta, o professor de Bom Fim conseguiu reunir com o prefeito de Cametá que, se mostrando solidário com a situação deu a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para colaborar no mutirão que os moradores desta povoação estavam fazendo para construir uma casinha, coberta com telha de barro, sem paredes e com piso de chão batido, onde a escola passou a funcionar a partir de março de 2012.

Os habitantes de Bom fim contaram que do dinheiro doado pelo prefeito, uma parte foi usada para a construção de um pequeno depósito na escola e outra parte está guardada a espera de um novo mutirão, quando os moradores vão se reunir (em julho, nas férias escolares dos alunos) para comprar os materiais necessários para a construção do piso da escola. Portanto, conforme se observa o espaço físico da escola de Bom Fim só foi construído graças aos esforços dos habitantes desta povoação, que trabalhando em mutirão, tiraram a madeira do mato, entraram com a mão-de-obra e doaram as telhas para a cobertura. Ressalta-se, contudo, que as telhas, que foram usadas na escola, eram do antigo barracão de festas e reuniões da povoação, que está em ruínas. Aliás, dizem que com esse ato “devolveram as telhas a sua dona”, pois, as mesmas teriam sido doadas pela prefeitura, no governo passado, para compor a cobertura da antiga escola.

Evidencia-se com isso que a realidade enfrentada pelos moradores da povoação Bom Fim não é diferente de áreas ribeirinhas, zonas rurais e de outras povoações negras rurais da região, como por exemplo, os povoados de Tomásia e Laguinho, onde as escolas também enfrentam sérios problemas de estrutura física, com ausência de formação do quadro de professores e técnicos (PINTO, 2005). Sem falar que, o ensino é pelo sistema multisseriado, o que ocasiona o atraso na formação escolar. Pois, há evasão escolar, sobrecarga do trabalho do professor, sendo que este é “multiuso”, tem a função de fazer outros trabalhos como o de merendeiro, secretário, diretor, além de outros. Conforme conta o professor da referida povoação, a escola do lugar é chamada de “escola isolada”, onde só um professor atende todas as necessidades da escola, não há nenhum outro funcionário. Enfim, é uma série de problemas que obrigam tais escolas a funcionarem em estado precário, e ainda tem a questão do aluguel de espaços improvisados pela prefeitura, que funciona como uma espécie de cala boca para a população local.

Diante da referida situação, os moradores destas povoações se acomodam e não reivindicam mais seus direitos de uma escola de qualidade para todos, que é garantida por lei, pois os pais e demais habitantes em estado de conformismo se acomodam em ver seus filhos

estudando em barracões de festas da comunidade, em casinhas alugadas pelo poder público achando que está tudo bem, já que acham que podem contar com uma escola para seus filhos, mesmo sendo ela precária.

Desta forma, os pais crêem que estão sendo atendidos e não lutam mais por seus direitos. Aliás, direitos esses que precisam ser atendidos e respeitados urgentemente, que sejam tomadas providências para o bom funcionamento das escolas e tirar as mesmas do estado de precariedade, uma vez que a educação dos povoados negros rurais precisa de um olhar especial, capaz de atender a todos com o ensino de qualidade, levando em consideração a realidade das povoações, com currículo pedagógico adequado a sua realidade cotidiana, não sendo distante do processo histórico, educacional, cultural e das diversas formas de trabalho dos seus habitantes.

Desde o ano de 2002, quando começou a funcionar o ensino formal na povoação Bom Fim, o Senhor Raimundo Rodrigues Borges, 34 anos de idade, morador da povoação de Tomásia, vem atuando como professor na escola deste lugar. O referido professor possui o segundo grau no curso Magistério, e atualmente está cursando o 1º semestre do Curso de Pedagogia em uma universidade particular. Pois, já tentou se inscrever várias vezes nos cursos da Plataforma Freire (PARFOR) do Governo Federal e como o seu nome nunca aparecia na relação dos alunos selecionados para formar turmas deste programa em Cametá, decidiu tirar do seu salário para pagar um curso universitário. O Senhor Raimundo Borges contou que, quando começou a trabalhar como professor em Bom Fim, exercia esta função através de um contratado temporariamente com a Prefeitura Municipal de Cametá, e foi através da sua aprovação no concurso público, realizado em 2010 pela prefeitura do município de Cametá, que passou a fazer parte do quadro efetivo de professores da Secretaria Municipal de Educação do referido município.

Percebe-se na fala deste professor o amor, a paixão que este demonstra ao falar do ato de ensinar seus alunos e ajudar a povoação no que for possível, “agente gosta do que faz, de dar aula, tem alunos que vale a pena ensinar, por isso eu compro alguns materiais com meu dinheiro, porque se fosse depender da prefeitura” (Raimundo Rodrigues Borges, Professor do Povoado Bom Fim).

Na fala deste entrevistado, nota-se nitidamente o descaso que o poder público vem demonstrando com a qualidade do ensino na escola da referida povoação, pois, deixa a escola ao deus dará, como dizem alguns moradores de Bom Fim, sem dar nenhuma estrutura necessária básica para o bom funcionamento da mesma, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto no que diz respeito à estrutura pedagógica é uma falta absoluta de investimentos

públicos necessários para as escolas existentes na zona rural, quilombolas, ribeirinhas, enfim. Quando este professor fala que compra alguns materiais com o dinheiro dele refere-se à compra de alguns livros com uma dinâmica mais voltada para o campo, também compra bolas para o exercício de educação física e outros. Enquanto a Secretaria de Educação oferece alguns lápis, borracha, caderno brochura pequeno para os alunos do jardim I até o 1º ano, caderno de quatro matérias para os alunos do 2º ao 5º ano e um livro didático, sendo apenas uma unidade para cada aluno. Porém, no ano de 2012, até o momento em que estava redigindo este estudo, ainda não havia sido feita nenhuma distribuição de livro didático para os alunos de Bom Fim.

Ao iniciar a pesquisa, que originou este estudo, em junho de 2010, a estrutura física da escola da povoação Bom Fim já se encontrava em estado crítico, e no decorrer de 2011 a sua estrutura decompondo era evidente, oferecendo, inclusive, sérios riscos às crianças (queira ver imagens 10, 11, 12 e 13). Pois, a sala de aula funcionava em uma casinha semi-destruída, na qual existiam apenas algumas carteiras e dois quadros negros, para que fosse possível a divisão de conteúdo para cada ano, já que esta escola funciona pelo sistema multisseriado. Portanto, a casinha onde funcionava esta escola, praticamente desnudada de paredes, pois, uma parte era de tábuas e outra parte era de miriti, além do que essa parte que era de miriti já estava se decompondo, o piso era de tábuas, não tinha banheiro, sanitário, o telhado era de telhas de barro, além de ser muito pequena, apenas uma sala de aula que ficava muito quente, pois o telhado era muito baixo, tinha apenas dois quadros negros um de um lado e outro do outro lado, algumas carteiras e uma caixa de madeira que servia de depósito para o professor guardar seus materiais didáticos.

Nesse ano de 2012 a estrutura física da escola do povoado Bom Fim não tem parede alguma, não tem piso, não tem banheiro, sanitário, o telhado é de telhas de barro, tem algumas carteiras, tem um pequeno depósito no qual o professor guarda seus materiais didáticos, o botijão de gás e o fogão da escola, tem dois quadros negros um ao lado do outro, porém a escola é mais ventilada por não ter as paredes e devido o telhado ser mais alto que o da antiga escola.



Imagens 10, 11, 12 e 13: Alunos no antigo espaço físico da Escola da povoação Bom Fim, cujo aluguel no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) era pago pela prefeitura municipal de Cametá. Fonte: PINTO, acervo de pesquisa, 2011.





Imagem 14, 15, 16 e 17: Espaço físico da atual Escola de Bom Fim. Fonte: Raimundo Borges, 2012

Em 2011 estudaram 43 alunos na escola da povoação Bom Fim, sendo que 39 eram matriculados e frequentaram regularmente as aulas e 4 crianças estudaram no regime de encostados, uma vez que não possuíam idade necessária para frequentar a escola. O horário das aulas ocorria no período da manhã, quando não havia merenda escolar entre as 07h30min até as 10h30min, sendo que o horário normal era até 11h00min. Já o horário do intermediário era de 11h30min até 14h45min. A escola atendeu: jardim I, jardim II, 2º ano, 3º ano, 4º ano, sendo que a 4ª série³ que funcionou apenas no ano de 2011. Portanto, os 39 alunos

³ O Ministério da Educação vem envidando efetivos esforços na ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, considerando a universalização do acesso a essa etapa de ensino de oito anos de duração e,

regularmente matriculados em turma multisseriada na escola de Bom Fim, eram distribuídos entre crianças de educação infantil até a 4ª série. Dos quais foram aprovados no jardim I 4 alunos, no jardim II 4 alunos, no 2º ano 7 alunos, no 3º ano 9 alunos, no 4º ano 3 alunos, na 4ª série 7 alunos, e 5 alunos foram reprovados. .

Enquanto que em 2012, funciona nesta escola do jardim I ao 5º ano. O horário ainda continua o mesmo do ano passado, de 07h30min da manhã às 10h30min, quando não tem merenda, sendo que o horário normal é de 11h00min. Já no período intermediário as aulas iniciam as 11h00min e vai até as 14h30min, isso quando também não há merenda escolar, caso contrário, o horário normal é de 15h00min. Segundo as informações do professor da localidade Bom Fim, a faixa etária dos alunos que estudaram em 2011 era de 3 anos a 18 anos de idades. Contudo, a maioria dos alunos se enquadrava sendo numa faixa etária que variava entre 11 anos e 12 anos de idade. Em 2012 a faixa etária dos alunos varia entre 4 anos e 25 anos de idade. Porém, a maioria se enquadra na faixa etária que vai dos 6 anos aos 13 anos de idade.

No início de 2012 foram matriculados um total de 39 alunos, destes 3 alunos foram transferidos, antes do início das aulas: dois foram para a escola da povoação de Porto Alegre, pois a mãe deles teve que ir morar com a família no povoado de Boa Esperança, e a escola de Porto Alegre além de atender até o 5º ano, é vizinha da povoação de Boa Esperança. O outro aluno pediu transferência para a escola da povoação de Tomásia, onde mora atualmente com a mãe. Desta forma, há atualmente 36 alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas na escola da povoação Bom Fim. Ressalta-se que, dos 36 alunos três são maiores de 20 anos de idade, sendo 2 homens e 1 mulher. Os quais, segundo o professor, devido terem que trabalhar para sustentar suas famílias faltam muito às aulas.

Por outro lado, destaca-se que a falta de merenda escolar é mais uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos remanescentes de quilombolas, assim como os de outras áreas rurais e ribeirinhas do município de Cameté. Pois, muitos alunos moram longe de suas escolas e por

ainda, a necessidade de o Brasil aumentar a duração da escolaridade obrigatória. Essa relevância é constatada, também, ao se analisar a legislação educacional brasileira: a Lei nº 4.024/1961 estabeleceu quatro anos de escolaridade obrigatória; com o Acordo de Punta Del Este e Santiago, de 1970, estendeu-se para seis anos o tempo de ensino obrigatório; a Lei nº 5.692/1971 determinou a extensão da obrigatoriedade para oito anos; já a Lei nº 9.394/1996 sinalizou para um ensino obrigatório de nove anos de duração, a iniciar-se aos seis anos de idade, o que, por sua vez, tornou-se meta da educação nacional pela Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Finalmente, em 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 11.274, instituiu o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Com a aprovação da Lei nº 11.274/2006, ocorrerá a inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental (MEC. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, 2007, p. 5).

não terem transporte escolar, frequentam as aulas assiduamente quando há a merenda escolar. Assim, não faltam às aulas porque contam com alimentação para repor as energias perdidas durante a caminhada no caminho da escola, principalmente aqueles que vêm de longe, ou para compensar a ausência do que comer em casa, isso ocorre mais nos últimos dias da semana, quando já acabaram as despesas, seus familiares preparam a farinha de mandioca e demais derivados para comerciar na feira da vila de Juaba.

No entanto, a distribuição da merenda é feita quatro vezes ao ano no município de Cametá, e em 2012, até o momento da redação deste estudo, ainda não havia acontecido nenhuma distribuição nas povoações negras rurais da região do Tocantins. Um dado interessante é que quando a secretaria de educação fornece a merenda para as escolas, o faz mediante um cardápio especificando a quantidade e o que vai ser feito em cada dia até a próxima distribuição. Porém, a cota de fornecimento é tão irrisória, que a merenda na escola da povoação não dura mais de uma semana.

Fato este que também ocasiona o fracasso escolar. Sem falar, conforme afirmaram alguns entrevistados, que muitos pais não sabem como ajudar seus filhos nas atividades, pois, além de executarem as tarefas de lavoura, cuidando das roças ou executando os trabalhos rotineiros de casa, alguns deles não frequentaram a escola. Aliás, o índice de analfabetismo na referida povoação é baixo, porém é mais comum entre as pessoas idosas com mais de 50 anos e entre os jovens com mais de 20 anos de idade.

O currículo que é trabalhado na povoação Bom Fim e em outras escolas de áreas quilombolas, ribeirinhas e zona rural é o oficial do Programa Escola Ativa⁴. Assim, os livros já vêm um pouco voltados para a realidade do campo, com vários textos resumidos para trabalhar com turmas multisseriadas. Tais, textos falam da realidade do campo, das questões raciais e indígenas, porém, de maneira muito resumida e sem muito destaque, voltando-se mais para o ensino da Língua Portuguesa e da Matemática. Dessa forma, os alunos se sentem um pouco excluídos, não percebendo nenhuma relação da educação formal com a sua realidade, ou seja, como a lida na roça, com suas experiências. Neste sentido, Pinto ressalta que,

⁴ O Programa Escola Ativa (PEA) foi implementado no Brasil a partir de 1997 no marco de um convênio com o Banco Mundial; com o objetivo de melhorar o rendimento de alunos de classes multisseriadas rurais. O PEA tem seu foco na formação de professores e na melhoria da infra-estrutura das escolas; e propõe amplas mudanças na organização do trabalho docente; constituindo-se no único programa voltado especificamente para as classes multisseriadas no Brasil. GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. *Programa Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente* In: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=158434, capturado em 05.06 de 2012.

“o currículo adotado nas escolas dessas povoações segue os mesmos padrões estabelecidos pelo sistema formal de ensino. Não considera o modo de vida e as experiências cotidianas dos alunos e demais habitantes das povoações quilombolas. Constitui-se formalmente, como abarcador de uma única forma de saber institucionalizado e universal” (PINTO, 2006, p. 283).

Dessa forma, na escola da povoação Bom Fim as disciplinas são trabalhadas através de pequenos textos, por exemplo, um texto é trabalhado durante uma semana, quando são trabalhadas: língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, arte e religião, conforme o currículo oficial do Programa Escola Ativa, para todas as séries. Por se tratar de classe multisseriada a diferença está nas atividades que variam de acordo com o grau de dificuldades de cada aluno, ou seja, os alunos que tem menos facilidade para entender o conteúdo, as atividades são mais fáceis. Desse modo, o professor atende todos os alunos que compõe sua turma multisseriada, pois, se gasta muito tempo para se fazer sete planos de aula, um para cada ano todos os dias. Neste sentido, o mais viável seria que as escolas localizadas em áreas quilombolas, assim como, as ribeirinhas, rurais, indígenas tivessem currículos específicos, voltados para a sua realidade cotidiana, onde fosse possível incluir questões relacionadas à história, formas de resistência, práticas culturais e outras atividades cotidianas (PINTO, 2006). Pois, conforme analisa Pinto,

“o conteúdo ministrado em sala de aula dão pouca importância às histórias dos antigos quilombolas, suas resistências e as formas de constituição desses povoados. Minúcias essenciais de transmissão do conhecimento desses grupos – como questão de terra, solidariedade, organização de festas e a preservação cultural – ainda se fazem ausentes do currículo de suas escolas” (PINTO, 2006, p. 279).

Durante a pesquisa de campo para o presente estudo, em uma entrevista ao perguntar ao professor de Bom Fim se o mesmo sabia da existência da Lei 10.639/2003 ou da Lei 11.645/2008, este declarou que sabe que existe a lei 10.639/2003, e sabe que fala de questões raciais, porque estudou para o concurso público do município de Cametá, no qual foi aprovado e se tornou funcionário da secretaria de educação deste município. Porém, diz não lembrar exatamente de todo o conteúdo da lei, e que não trabalha as questões raciais e étnicas como a lei orienta, porque acha mais fácil basear suas funções a partir do Programa Escola Ativa. Nestas condições, sem ter conhecimento, o professor se orienta de acordo com o currículo oficial da mesma, deixando de lado as questões históricas que envolvem as comunidades remanescentes de quilombolas da área onde atua, que se tornam desconhecidas

no ambiente escolar e até mesmo dos moradores deste povoado. Desse modo, como afirma Ana Cristo,

“a educação da população do meio rural deve compreender que os sujeitos têm história, participam de lutas sociais e têm suas identidades de gêneros, raças, etnias e gerações diferenciadas, o que significa que a educação precisa considerar as pessoas e os conhecimentos que estas possuem” (CRISTO, 2010, p. 146).

Para Cristo, a educação deve levar em consideração as pessoas do campo e os conhecimentos que estas possuem. Pois, as mesmas são símbolos de lutas e conquistas e tem sua identidade cultural e formação humana, e que estas vejam o campo como seu próprio ambiente de vida e de realização sem sentir vergonha de assumir suas características identitárias (CRISTO, 2010).

Na concepção do professor da escola da povoação Bom Fim, o motivo de funcionar a classe multisseriada é devido “uma necessidade que tem no campo, nos quilombos, na zona rural e ribeirinha devido à questão do transporte escolar que em muitos locais não existe para as crianças” irem de suas comunidades para a outra estudar; tem também a questão dos alunos que não formam turmas de um só ano, tornando-se imprescindível formar turmas multisseriadas. Ao perguntar ao professor como o mesmo avalia o ensino multisseriado este respondeu que,

“no início era muito difícil porque tu pega uma turma com 39 alunos de várias séries e fica meio sem saber o que fazer. Agora melhorou muito com a escola ativa por que antes eu não tinha experiência e seguia o mesmo caminho que os professores faziam na cidade, quando eu estagiava. Era uma perda de tempo, hoje pega um texto pequeno e o aluno vai desenvolvendo aos poucos. A diferença é na atividade, hoje é mais fácil um pequeno texto incluindo vários assuntos, por exemplo, uma semana eu trabalhei um texto com o nome sabiá, é de português, dava pra tirar dali substantivo, adjetivo, vogais, consoantes até mesmo matemática, ciências; deste texto. Agente vai fazendo curso e vai melhorando a própria prática da gente” (Raimundo Rodrigues Borges, habitante da povoação de Tomásia e professor da Escola de Bom Fim).

Para o professor Raimundo Borges o Programa Escola Ativa, que promove formações de professores por meio de módulos, veio melhorar a vida dos profissionais de educação que trabalham no campo, aprimorando sua prática pedagógica e melhorando o rendimento dos alunos, tornando a aprendizagem mais fácil. Pois, através dos textos resumidos, se trabalha

várias disciplinas. Porém, segundo este professor, o referido programa deveria atuar de forma mais intensa e específica para cada área. Contudo, percebe-se que isso só é vislumbrado por profissionais como este que está investindo na sua formação acadêmica com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e facilitar a aprendizagem dos alunos. Portanto, a escola da referida povoação não tem projeto pedagógico, pois, sabe-se que o mesmo não é elaborado por um só professor.

A memória recorrente dos mais velhos da povoação Bom Fim demarca que antigamente seus habitantes adaptavam o calendário escolar de acordo com o dia-a-dia da vida no povoado, como por exemplo, mudavam as aulas do horário da manhã para tarde, na época de plantio ou durante a colheita, fabricação de farinha e outras atividades geradoras de rendas para a manutenção das famílias. Da mesma forma, acontecia durante as festividades dos santos, principalmente dos padroeiros, as aulas paravam ou então mudavam de horário, até mesmo porque a escola funcionava no barracão de festa da comunidade. Atualmente, o calendário escolar é o mesmo da secretaria de educação do município. E os pais dos alunos agora, quando é hora da aula mandam seus filhos para a escola, até mesmo aqueles que ajudam na lida da roça, nas atividades de agricultura. Deixam, portanto, que participem das atividades da festividade dos santos só à noite, quando fazem as celebrações religiosas.

Na escola da referida povoação não há (e nunca houve) a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e nem o Sistema Modular de Ensino (SOME). Contudo, o professor e a população como sócios da Associação Quilombola Terra da Liberdade, em parceria com professores do povoado de Itapocu, estão lutando para conseguir uma turma de EJA. Pois, apenas os adolescentes, após terminarem o 5º ano, a fim de continuar seus estudos, vão estudar na escola do povoado de Itapocu, ou então para a Vila de Juaba, cujo percurso para esses locais fazem todos os dias de bicicleta. Isso no caso dos meninos, porque as meninas entre 11 a 15 anos, com objetivo de prosseguir nos seus estudos, pelos menos até o ensino médio, vão morar em casas de família nas cidades e vilas. Enquanto os jovens maiores de idade, que possuem famílias, ficam impossibilitados de estudar, pois, tem que trabalhar para sustentar suas famílias.

Segundo o professor Raimundo Borges, há três ex-alunos da escola de Bom Fim que, atualmente, estão cursando o ensino médio, sendo uma na cidade de Tucuruí e dois na Vila de Juaba. Este fato é visto como motivo de satisfação para este professor, que está vendo seus ex-alunos continuarem os estudos. E conta que sonha com a felicidade de vê-los cursando o ensino superior.

Neste sentido, como porta voz desta comunidade e profissional da educação engrosso o coro reivindicatório desta população e demais brasileiros e brasileiras, exigindo que o poder público construa espaços dignos de sala de aulas com todos os equipamentos necessários em áreas distantes da zona urbana, ou seja, em áreas afastadas do centro da cidade, áreas quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Que estes tenham direitos a saneamento básico com energia elétrica, água potável, ensino de qualidade com professores qualificados. Pois, computadores com acesso à internet ainda é um sonho distante as crianças das povoações remanescentes de quilombolas da região do Tocantins, que em muitos casos nem imaginam o que é, e nem como é um computador.

Neste sentido, assim como a escola da povoação remanescente de quilombolas Bom Fim, as condições de precariedade de muitas escolas em áreas quilombolas, zona rural e ribeirinhas inviabilizam o uso de tecnologias, o que exclui os alunos do mundo globalizado e informatizado (MUNDO JOVEM, 2005). Conforme também defende Moura, as escolas deveriam ter projetos pedagógicos específicos nas áreas quilombolas, zona rural e ribeirinha, assim como, a formação de professores, capacitação para que os mesmos pudessem abrir os olhos para a arte de criar, levantar possibilidades. Enfim, se sentir estimulados para despertar o interesse dos alunos através de novas situações em sala de aula (MOURA 2006).

Partindo dos pressupostos, ressalto que este estudo que buscou analisar o processo educacional na escola da povoação Remanescente de Quilombolas Bom Fim, verificou que o ensino ali funciona pelo sistema multisseriado, o que deixa o professor impossibilitado de fazer vários planos de aula, dificultando, portanto, o aprendizado e causando sérios problemas de aprendizagens em alguns alunos. Por outro lado, o professor também não dispõe de meios coerentes e necessários para aguçar a criatividade e despertar o interesse dos alunos, sendo que alguns alunos moram longe da escola, e já chegam praticamente sem motivação para o estudo. Poucos alunos sabem ler e escrever, também ocorre evasão escolar e repetência, devido os alunos terem que trabalhar na roça com seus pais. Sem falar no estado de precariedade dos espaços físicos das escolas remanescentes de quilombolas, que na maioria das povoações da região do Tocantins funcionam em espaços improvisados (PINTO, 2007). Enfim, as escolas em áreas quilombolas, ribeirinhas, rurais e até mesmo nas áreas afastadas do centro de grandes cidades enfrentam uma série de problemas, dentre os quais se destaca a falta absoluta de estrutura que a obrigam a funcionarem em estado precário, cena que, aliás, se repete Brasil a fora.

Portanto, se tentou evidenciar neste trabalho a realidade educacional do povoado Bom Fim, e também de outras escolas situadas em áreas indígenas, ribeirinhas, rurais, que afastadas

dos centros urbanos, das cidades, são abandonadas e esquecidas pelo poder público. Pois, a maioria destas escolas está muito longe da realidade esperada, já que não há nenhuma qualidade, sem uma infra-estrutura básica, tanto na questão física, quanto na pedagógica. Ou seja, não há nem mesmo o prédio escolar, imagine energia elétrica, água e esgoto sanitário, banheiro, diretoria, secretaria, sala de professores, biblioteca, laboratório, de informática, sala de vídeo, quadra de esporte, pátio, cozinha, depósito de alimentos, refeitório, salas de aula, móveis, auditório para as reuniões ou encontros e todo e demais tipo de evento próprio do ambiente escolar. Enfim, falta tudo isso, além da precária condição de manutenção, bem como a limpeza de suas instalações. E, é claro, além da ausência da formação dos os professores que não contam com nenhum tipo de curso de formação continuada ou de capacitação de professores, e da total falta de materiais didáticos adequados a realidade dos alunos. Os alunos dessas escolas são vítimas de governos, que nunca priorizam suas necessidades e nem oferecem condições reais para o melhoramento e avanço da educação brasileira

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concretizar este trabalho, percebi que apesar das dificuldades enfrentadas pelos africanos numa sociedade abalizada pela escravidão, pelos preconceitos, e todo tipo de discriminação, conseguiram sobreviver e consolidaram seus redutos de resistência a partir da condição social e da convivência com outros grupos, defendendo a liberdade, estabelecendo espaços políticos e econômicos, reconstituindo as formas de se expressar culturalmente e lutando por melhores condições de vida (PINTO, 2007).

Desta forma, a discussão sobre as questões raciais, a relação com educação, com a cultura, com a política ainda são muito frequentes na sociedade atual. Porém, entre muitas bandeiras de luta dos negros no Brasil, enfatiza-se o direito a educação com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, dando oportunidades para que os negros, mestiços, indígenas possam conhecer a história e a cultura dos povos africanos e indígenas, contribuindo com reconstituição da sua história, cultura e valorização da sua identidade étnica no Brasil. Além de amenizar as desigualdades raciais e defender a ampla diversidade cultural do povo brasileiro (MATTOS, 2007; SILVA 2009).

Deste modo, a escola não pode deixar de lado os impactos multiculturais que estão cada vez mais presentes no cotidiano da mesma, assim o professor tem o papel fundamental na reconstrução da história dos negros, ou seja, os professores devem sempre trabalhar de maneira que possam criar condições para que os alunos sejam capazes de compreender a relação entre as culturas, e também possam se conscientizar da sua verdadeira identidade, sem se sentir inferior aos outros. Pois, identidade significa ser diferente dos outros, sem sofrerem quaisquer tipos de discriminação de suas crenças religiosas, políticas, econômicas, entre outras, ambas estão conectadas umas nas outras (MENDES, 2007). E a escola é um espaço onde se constrói conhecimentos, onde a troca de saberes está intimamente ligada. Pois, se ensina e também se aprende, e é na escola que a diversidade cultural está muito mais presente. Portanto, a educação é essencial na vida das pessoas, visto que a mesma está presente em qualquer lugar, é na escola de maneira mais formal que os indivíduos se preparam para exercer a cidadania (MENDES, 2007).

Ao conviver entre os habitantes de Bom Fim assim, pode observar, que além da sua população ficar distante da cidade de Cametá, cujo trajeto é muito difícil devido a má condição da estrada ou dos ramais vicinais, enfrenta dificuldades diariamente em relação a qualidade da educação, as péssimas condições de saúde, a falta de saneamento básico, a falta de energia elétrica e outras necessidades básicas para o ser humano sobreviver. A economia do povoado gira em torno da agricultura de subsistência, as práticas culturais, principalmente, nos momentos festivos dos santos padroeiros, estão aos poucos sendo modificadas. Contudo, no revisitar da memória dos mais velhos desta povoação surgem lembranças de um tempo, em que não tinha hora e nem idade para festejar e nem dia de trabalho cansativo da roça, para celebrar seus santos de devoção. Conforme dizem os velhos, agora “os mais jovens não dão valor ao que é nosso, o que é da gente”, pois estão vivendo outras realidades, experimentando outros modos de vida. Da mesma forma, verifiquei que o processo educacional do povoado perpassa a vida dos habitantes por meio do ensino formal e não formal, através dos saberes, costumes, crenças, religiosidade e práticas culturais repassadas cotidianamente pelos mais velhos aos seus descendentes.

Portanto, estas escolas podem ser caracterizadas como um espaço de precariedade, proveniente dos descasos do poder público. Pois, nelas é evidente a falta de políticas públicas direcionadas a sua clientela. Sem falar que o poder público não valoriza os professores da zona rural, ribeirinha, quilombola e indígenas, que trabalham muito e recebem um salário vergonhoso, que sem dúvida, também ocasiona também falta de estímulo a esses profissionais, que chegam a trabalhar mais de 200 horas aula e não recebem nem dois salários

mínimo mensais. Se faz importante ressaltar, ainda, que não há investimento de tempo para os professores prepararem suas aulas. Visto que pelo sistema multisseriado o seu trabalho é intenso. Sem falar no caso dos professores que moram em um povoado e trabalham em outro, os quais saem de casa pela manhã e só retornam no final do dia.

Percebi, também, que não existem políticas públicas que garantam melhores condições para as escolas em áreas quilombolas, ribeirinhas, zona rural, tanto no que concerne a estrutura física da escola, quanto às relacionadas a questões pedagógicas. Pois, os professores de tais escolas não contam com um tipo de capacitação específica profissional, para que assim, possam executar um bom trabalho na área educacional. Conta-se apenas com a saga, coragem, resistência e artimanha de profissionais, que se reinventam e se transformam em artistas natos, e assim vão apropriando suas práticas de ministrar aulas, como faz o professor de Bom Fim, quando molda seu material didático no do Programa Escola Ativa, sem deixar, contudo, de lembrar que este deveria atuar de maneira mais peculiar para cada área.

5 FONTES DA PESQUISA

5.1 RELATOS ORAIS

Francisco de Assis da Silva Franco, morador da povoação Bom Fim.

Zolima Rodrigues Franco, moradora da povoação Bom Fim.

Luiz Batista Pinto (seu Pará), morador da povoação Bom Fim.

Marilson Pires de Oliveira, aluno da Escola da povoação Bom Fim, morador da referida localidade.

Maciel Pires de Oliveira, aluno da Escola da povoação Bom Fim, morador da referida localidade.

Orivaldo Rodrigues Franco, morador da povoação Bom Fim.

Francilene Nunes Reis, moradora da povoação Bom Fim.

João Simões, atualmente morador da Vila de Juaba, porém trabalha todos os finais de semana na agricultura na povoação de Bom Fim.

Catarina da Silva Franco, atualmente moradora da Vila de Juaba, porém trabalha todos

os finais de semana na agricultura na povoação de Bom Fim.

Raimundo Rodrigues Borges, professor da Escola de Bom Fim, morador da povoação de Tomásia.

Nilza Borges, moradora da povoação de Tomásia.

Sebastião da Costa, antigo morador da povoação Bom Fim, atualmente morador de Itabatinga.

Benedito do Carmo Rodrigues Miranda, morador do povoado Mola.

Benedito Coelho (mestre Bina), morador do povoado Mola.

Isabel da Trindade Corrêa (tia Beca), Moradora do povoado Mola.

Manuel Raimundo Souza do Rei (Duca), presidente da Associação Quilombola Terra da Liberdade.

Raimundo Meireles Soares, morador do povoado Porto Alegre.

José Ribeiro, morador do povoado Porto Alegre.

Janiel Moraes, professor da escola da povoação de Boa Esperança.

José Camilo Cantão, morador da povoação de Boa Esperança.

Maria Gonçalves Ribeiro, moradora da povoação de Boa Esperança.

Maria da Silva Gonçalves (Maria do Lago), moradora da povoação de Boa Esperança.

Deusiane Silva, moradora da povoação de Boa Esperança.

José da Paixão do Espírito Santo, mais conhecido como Seu Paixão (falecido), atuou como professor da povoação de Itapocu por mais de 25 anos, era morador desta localidade.

Maria de Nazaré Coelho do Espírito Santo, moradora da povoação de Itapocu.

Marciano do Espírito Santo (Taoca), morador da povoação de Itapocu.

Fátima de Nazaré Borges, professora da povoação de Itapocu, moradora da povoação de Mola.

Maurício Gonçalves, morador da Várzea.

5.2 FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

Memorando nº 1528/2002, expedido pela Secretaria Municipal de Educação apresentando o professor Raimundo Rodrigues Borges a população da povoação Bom Fim.

Certidão de nascimento dos alunos da escola da povoação Bom Fim do ano de 2011 e 2012.

Diário de classe do professor da Escola da Povoação de Bom Fim do ano de 2011.

Matrícula escolar do ano de 2012.

Matrícula escolar oficial do ano de 2012.

Mapa de lotação do professor da povoação Bom Fim Raimundo Rodrigues Borges do ano de 2012.

5.3 FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS

Desenhos dos alunos da escola da povoação Bom Fim.

Fotografias de acervos familiares das povoações Bom Fim, Mola, Boa Esperança, Tomásia, Itapocu e Porto Alegre.

Fotografias que foram feitas durante as atividades de pesquisa, nas povoações Bom Fim, Mola, Boa Esperança, Tomásia, Itapocu e Porto Alegre.

5.4 FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002

FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. / tradução de Guacira Lopes Louro. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

FUNES, Eurípides A. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil : IN REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (organizadores). - São Paulo: Companhia das Letras, 1996

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995

MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. – São Paulo: Contexto, 2007

MEC. PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural: orientação sexual / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed. – Brasília: A Secretaria, 2001

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA): História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006

_____. O Livro que Vó Madá Escreveu na Memória: histórias do antigo quilombo do Mola. Cametá: BCM Editora: Cametá, 2009.

_____. Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico. Cametá: B CMP Editora: Cametá, 2007

_____. Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos na Região do Tocantins – Pará. In Revista Projeto História nº 22 – História e Oralidade- PUC/São Paulo, 2001.

_____. *Inclusão, Diversidade e Educação: meandros da pesquisa realizada na região do Tocantins, Estado do Pará, norte da Amazônia, texto da comunicação apresentada no II Encontro de Pesquisadores do MEC - Auditório Belmar Hotéis, Salvador, 2005.*

_____. *“Perfil Educacional de Povoações Remanescentes de Quilombolas da Região do Tocantins, no Pará: notas de pesquisa”*, texto da comunicação apresentada no I Encontro de Pesquisadores do MEC - Conselho Nacional de Educação, Brasília-DF, 2004.

SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Belém: SECULT, 1988.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZZERA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia (Secs. XVII-XIX)* – Belém: Paka-Tatu, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

CRISTO, Ana Cláudia Peixoto de. *Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada*: IN ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. HAJE, Salomão Mufarrej. (organizadores). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MEC. *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade* /BEAUCHAMP, Janete. PAGEL, Sandra Denise. NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (organização). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. / tradução de Guacira Lopes Louro. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUNES, Eurípides A. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* : IN REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (organizadores). - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul* – São Paulo: Contexto, 2005.

LOPES, Luis Paulo da Moita. *Discursos de identidade. Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. IN LOPES, Luis Paulo da Moita. (organizador). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MAGALHÃES, Leila de Lima. *Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada*: IN ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. HAJE, Salomão Mufarrej. (organizadores). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. – São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Sandra Karina Barbosa. *Cultura e conhecimento sob a égide dos estudos culturais: um olhar a partir da produção acadêmica brasileira*. Dissertação de Mestrado em Educação –

Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais – Brasília: SECAD, 2010.

MOLES, Abraham Antoine. Sociodinâmica da cultura; tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

MOURA, Glória. Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola: IN BRAGA, Maria Lúcia de Santana. SOUZA, Edileuza Penha de. PINTO, Ana Flávia de Magalhães. (organizadoras). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

NUNES, Georgina Helena Lima. Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola: IN BRAGA, Maria Lúcia de Santana. SOUZA, Edileuza Penha de. PINTO, Ana Flávia de Magalhães. (organizadoras). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MEC. PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural: orientação sexual / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3. ed. – Brasília: A Secretaria, 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Editora Açai, 2010.

_____. Parteiras, “Experientes” e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta. PUC/São Paulo, março de 2004 (Tese de doutorado em História).

_____. Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Paka Tatu: Belém, 2004.

_____. “O Fazer-se” das Mulheres Rurais: a construção da memória e de símbolos de poder feminino em Comunidades Rurais Negras do Tocantins. In: Desafios de Identidade: Espaço – Tempo de Mulher (org. Maria Luzia Miranda Alves e Eunice Ferreira Santos). Belém: CEJUP, 1997.

_____. Quilombo do Mola: local de ramificação e ponto de partida para uma reconstrução Historiográfica. XVIII Simpósio Nacional de História- História e Identidade- ANPHU, Recife\ Pernambuco, julho de 1995.

_____. “Etnicidade, Gênero e Memória em Comunidades Remanescentes de Quilombos: o caso da região do Tocantins-Pa”. XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH: Belo Horizonte/FAFICH/UFMG – MG- julho de 1997.

_____. Parteira “Curiosa”: “o dom de fazer vim ao mundo as pessoas”. In: Revista Ágora Brasil, Ano 2 – nº 2 – PUC – SP, 1998.

_____. Parteiras e “Poções” Vindas das Matas e “Ribanceiras” dos Rios. IN: Revista Projeto História nº 23- Natureza e Poder- PUC/São Paulo, 2001.

_____. Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos na Região do Tocantins – Pará. In Revista Projeto História nº 22 – História e Oralidade- PUC/São Paulo, 2001.

_____. “Vivências Cotidianas de Parteiras e ‘Experientes’ do Tocantins”. In: Revista Estudos Feministas. (Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas) CFH/CCE/UFSC, Vol. 10 N. 2/2002, Florianópolis, 2002.

_____. As herdeiras “dos fugidos” e seus quilombos: memória, gênero e escravidão na Região do Tocantins, norte da Amazônia (no prelo In: GOMES, Flavio dos Santos (organizador) obra em elaboração: Rio de Janeiro – R.J.

_____. As Guardiãs do Ritual do “Bom Nascer”. (no prelo In: Revista Projeto História - PUC/São Paulo).

_____. “*Terra de Quilombo e porque conquistar seu Título definitivo*” (texto base da Palestra Ministrada no Barracão Comunitário da Povoação de Umarizal/Baião-Pará, no dia 06 de setembro de 2001).

SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Belém: SECULT, 1988.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Negro e ensino Médio: representações de professores acerca de relações raciais no Currículo; Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação: IN COSTA, Marisa Vorraber (organizadora) – 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. Raízes africanas: IN FIGUEIREDO, Luciano (organizador). – Rio de Janeiro: R 161 Sabin, 2009.

VASCONCELOS, Maria Aparecida. IN: Mundo Jovem um jornal de idéias, ano XLIII, nº 359, agosto 2005.

ANEXOS



Imagens 1: Crianças participando de uma das brincadeiras realizadas pelos componentes da Pesquisa Inclusão no processo de ensino-aprendizagem a partir da reconstituição da história, memória e cultura quilombola na região do Tocantins, no Pará, no povoado Bom Fim. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011.



Imagem 2: Participação da pesquisadora nas brincadeiras de pesquisa, no povoado Bom Fim. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011.



Imagens 3 e 4: Brincadeiras de pesquisa realizada no povoado de Tomásia. Ressalta-se que as manchas que aparecem nas imagens são respingos da chuva que invadia o barracão, fazendo as crianças se comprimirem uma nas outras em um invejável compartilhamento de espaço e solidariedade no apreender o desconhecido. Um momento de emoção que marcou a minha vida e a de todos os componentes dos grupos de pesquisa. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011



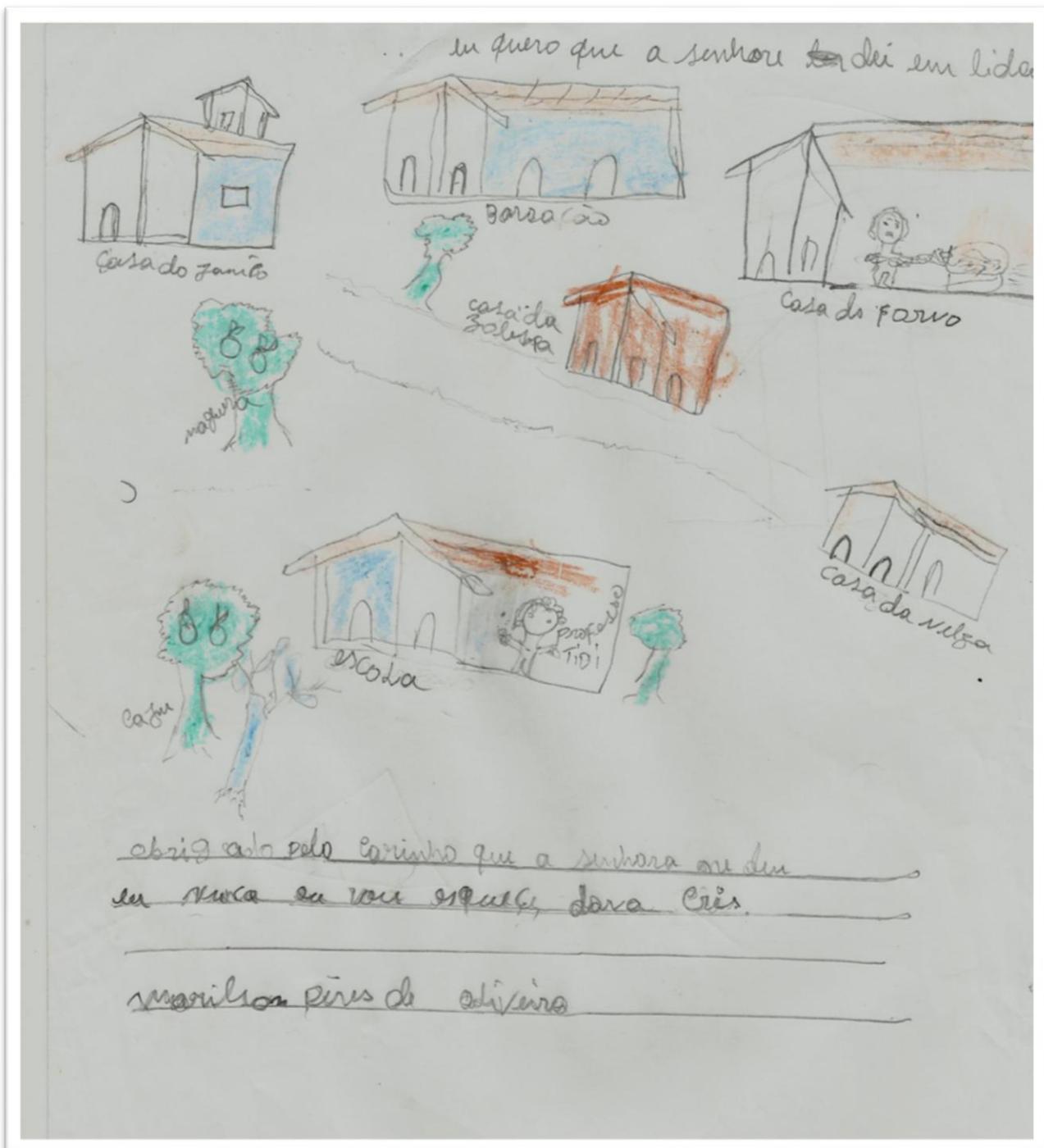


Imagem 5: Desenho feito por um aluno, durante uma das atividades realizadas pelos componentes da Pesquisa *Inclusão No Processo de Ensino-Aprendizagem a Partir da Reconstituição da História, Memória e Cultura Quilombola na Região do Tocantins*, no povoado Bom Fim, destaque para o posicionamento da escola e da dedicatória. Um dos muitos momentos de emoção experimentados na execução da pesquisa. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011.



Imagens 6 e 7: desenhos de brasileiros da povoação Bom Fim, que sonham com um espaço digno da Escola. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011

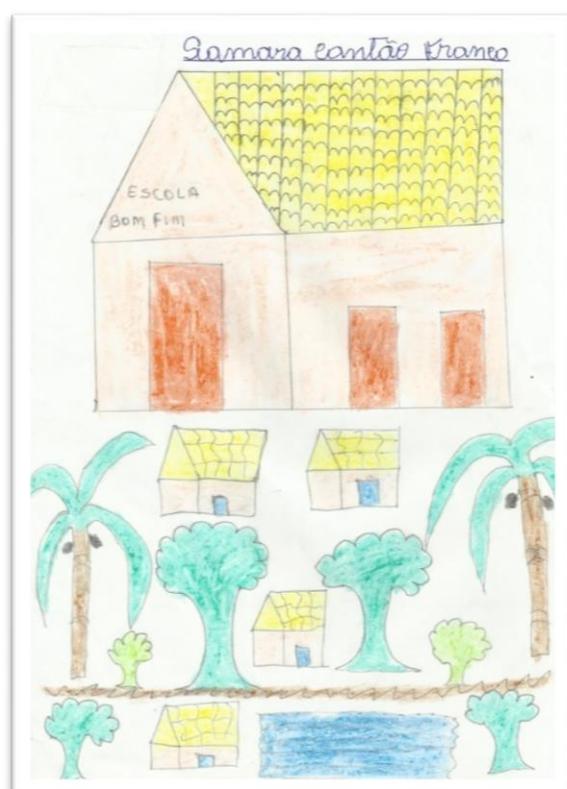




Imagem 8: Desenho de um brasileiro que sonha com o riso, a diversão, alegria e dignidade na educação e na saúde no seu povoado. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2011



Imagem 9 e 10: Crianças das povoações Bom Fim e Itapocu jogando futebol, uma das atividades que mais gostam das aulas de educação física, que sem espaço apropriado, são ministradas sob as sombras das árvores, em frente às escolas. Fonte: PINTO, Acervo de Pesquisa, 2012





SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Memorando nº 003/2002

Cametá, 08.04.2002.

Da: Secretaria Municipal de Educação
Raimundo Martins Epifânio

PARA: EMEF Bom Fim

Senhor(a) Diretor(a),

Pelo presente estou apresentando o(a) senhor(a)
Raimundo Rodrigues Borges que irá assumir a
função de PROFESSOR(a) temporariamente nesta Unidade Escolar
no período de 04 de Abril de 2002 a 04 de Julho de 2002, com carga
horária de 100 horas, no 1º turno, na turma de 2º-4º.

Recebido em 08/04/02

Raimundo Rodrigues Borges

Atenciosamente,

Raimundo Martins Epifânio
Raimundo Martins Epifânio
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CAMETÁ - PARA
CPF. 228.800.003-53

Raimundo Rodrigues Borges
08 de abril de 2002
Borges

Raimundo Rodrigues Borges

Imagem 11: Memorando apresentando o professor Raimundo Rodrigues Borges aos moradores da povoação Bom Fim, datado do dia 08 de abril de 2002. Fonte: Raimundo Rodrigues Borges.